

ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente ao srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados.

Hoje é um dia importante, um dia que marca uma história de muito trabalho. Foram 24 anos de luta para que pudéssemos convencer os governos passados a duplicar a BR-101.

O sul de Santa Catarina foi penalizado. Foi levantado pela Fiesc um prejuízo de R\$ 36 bilhões por não ter ocorrido a duplicação antes.

A duplicação chegou até Palhoça e o sul ficou abandonado. Levamos uma vida inteira para convencer os governantes que seria fundamental a duplicação da BR-101.

Depois de muita luta, de todos os movimentos que foram realizados, inventamos de fazer uma caminhada, que foi organizada, planejada com a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Içara, o Wagner Pizzetti, que ajudou a mobilizar e organizar essa caminhada.

Nós nos preparamos mobilizando todas as Câmaras de Vereadores do sul de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul, de Osório a Palhoça e começamos essa caminhada.

Saímos de Osório, juntamente com os vereadores daquela cidade, e fomos até Capão da Canoa, onde se juntaram a nós também os vereadores dessa cidade, e aí os vereadores de Osório voltaram, sendo que os de Capão da Canoa continuaram nos acompanhando até Terra de Areia, onde estavam mais vereadores nos esperando, sendo que os vereadores de Capão da Canoa voltaram e os da cidade de Terra de Areia continuaram nos acompanhando até a cidade de Três Cachoeiras, onde aconteceu a mesma coisa. Então fomos até Torres, onde também estava nos aguardando outra comitiva, e depois, fomos até Passo de Torres, que faz parte do estado de Santa Catarina.

E assim viemos até Palhoça. Foram 24 dias diretos!

Confesso que não havia mais onde criar calo nos dedos, mesmo com eles cheios de algodão! Antes disso tudo organizamos tudo e pegamos as assinaturas do Poder Judiciário, do Ministério Público, das associações comerciais, das associações de prefeitos, enfim, para fechar tudo em Palhoça. Na época o governador era Luiz Henrique da Silveira, que já havia marcado uma audiência com o presidente Lula e com o ministro dos Transportes. Então, nosso fechamento não existiu, porque não tínhamos como fazer isso já com duas audiências marcadas, cujo objetivo era a duplicação da BR-101.

Na semana seguinte, fomos à Brasília, onde fomos recebidos pelo presidente da República, na época acompanhados pelo governador Luiz Henrique da Silveira e pelos vereadores que fizeram a caminhada comigo. Neste dia foi marcado o lançamento da obra em Palhoça. Estávamos no mês de junho e no dia 25 de outubro o presidente veio a Santa Catarina fazer o lançamento da obra. Hoje, faz dez anos que aconteceu essa marcha e temos a obra quase concluída. Foi um sofrimento fazer essa caminhada de 348km.

Hoje as Câmaras de Vereadores irão se reunir às 19h, em Criciúma, para comemorar esse trabalho, essa marcha e essa conquista que é a bela BR-101, que está praticamente pronta, faltando a Ponte de Cabeçadas, o Morro do Formigão e o Morro dos Cavalos.

Então, hoje estamos comemorando dez anos da caminhada que conquistou a BR-101, uma obra que não é importante somente para Santa Catarina e para o Brasil, mas é o corredor do Mercosul, obra fundamental, da qual participamos efetivamente do processo de construção.

Há poucos dias denunciei aqui o projeto de engenharia de primeiro mundo da BR-101, mas a obra não foi de primeiro mundo. Não posso crucificar o governo do estado, que fez sua parte licitando a obra para empresas construírem. Mas a empresa que fiscalizou, e ganhou muito dinheiro para isso, não fez o que tinha que fazer, porque há muitos trechos da BR-101 que já foram recuperados pela terceira vez. Se a obra nem foi entregue como poderia já ter a terceira recuperação de pavimentação?

Então, a obra não foi de qualidade. Disse e repito, vamos ao Tribunal de Contas da União. Os órgãos competentes tem que ver a espessura e a qualidade do asfalto que está se desmanchando.

Mas não posso tirar o prestígio do governo que assumiu esse compromisso e cumprindo, a obra está quase pronta. Isso foi muito importante para toda a nossa região.

Fruto disso foi o aeroporto, o porto de Imbituba, que receberam R\$ 400 milhões. É um dos

portos mais seguros de Santa Catarina, tornando-se o tripé do desenvolvimento da região sul, que já foi considerada uma das regiões mais pobres de Santa Catarina, mas hoje representamos um grande potencial, temos muita gente trabalhadora, que luta. E nunca houve investimentos de tamanha envergadura, quer dizer, nunca antes as grandes empresas investirem tanto na nossa região. As cabeças dos grandes empresários pensaram mais na região norte, como Joinville, Blumenau e Itajaí, mas precisamos equilibrar Santa Catarina e fazer crescer o estado por igual. E o sul faz parte de tudo isso.

Por isso, queremos deixar registrado esse dia importante! Quero agradecer aos parlamentares, que participaram conosco em alguns momentos; os vereadores, aos prefeitos, ao vice-prefeito, à sociedade, à Associação de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, que participou efetivamente de todos os processos, em todos os momentos, para que hoje tivéssemos a BR-101, praticamente concluída.

Então, é um dia extraordinário, é um dia importante, e hoje vamos comemorar lá na cidade de Criciúma, com todas as câmaras de vereadores, de Palhoça a Osório.

Quero convidar o público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, para, hoje, às 19h, em Criciúma, na Associação Comercial, um grande encontro com todos os empresários que nos ajudaram, e com a imprensa, que também contribuiu.

Enfim, quero convidar a todos que contribuíram para irem lá prestigiar o evento e que possamos, da mesma forma, conquistar outras obras importantes à região.

Por isso, quero agradecer a todos, principalmente a este Parlamento, que sempre contribuiu para, juntos, dar passos importantes e fundamentais.

Eu vi aqui o basta da violência contra as mulheres. Vejo absurdos muito grandes, precisamos, nós, homens, deixar de sermos machistas e admitir a grandeza das mulheres, que devem participar de todos os momentos, com todo o respeito que ela

merece. Mas conto com a presença de todos, em Criciúma, hoje, às 19h, para comemorarmos os dez anos de luta pela BR-101 para Santa Catarina e para o Sul do Brasil.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Gostaria de cumprimentar v.exa., sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, trabalhadores que se fazem presente e também ao povo catarinense.

Sr. presidente, apenas quero registrar a presença da Giovana Martins, diretora do colégio Máter Dolorum; também do ex-prefeito do município de Ouro, Sérgio Durigon; do prefeito Andevir Isganzella e do vice-prefeito, Wilson Luiz Farias, de Capinzal.

Registro, também, a presença do Paulo José Francescki, prefeito de Zortéa, que estão nesta Casa, no dia de hoje, para falar e apresentar o projeto político-pedagógico do colégio Máter Dolorum.

Então, gostaria de fazer esse registro, sr. presidente, e dizer que dentro de alguns instantes eles farão uso da palavra para expor esse importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, desejamos ao prefeito, ao ex-prefeito, aos prefeitos, as boas-vindas a este Parlamento, juntamente com as assessorias de cada um dos municípios que se encontram presentes.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Gean Loureiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, venho à tribuna para fazer dois registros. O primeiro deles, faz referência à minha participação na condição de companheiro integrante da 17ª Conferência do Distrito 4651, do Rotary Internacional.

O encontro ocorreu no município de São José e congregou, deputado Rodrigo Minotto, todos os Rotary Clubs do sul do estado, na região da Grande Florianópolis que compõe o Distrito 4651.

O governador do distrito, Sílvio César dos Santos Rosa, e sua esposa, conduziram aquele trabalho, e lá estavam presentes todos os Rotary Clubs dessas regiões representados. Também marcou presença o Rotaract, os intercambistas, com o objetivo de discutir cada vez mais um dos temas que o Rotary leva em consideração neste ano como bandeira, que é a preservação e uso racional da água.

Como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa, fiquei muito feliz de participar de uma instituição que permitiu, dentre os debates internos, trazer para todos os associados a possibilidade do uso racional da água, de como preservar talvez o maior bem que temos hoje na humanidade e isso ser divulgado em todas as instituições do mundo inteiro.

Temos hoje cerca de 1,2 milhões de rotarianos no mundo. Em Santa Catarina, cada vez mais cresce esse trabalho, dividido em diversos distritos. O distrito da nossa região vem crescendo e tem cada vez uma participação mais ativa em projetos sociais, em projetos educacionais e, de maneira especial, na grande batalha da erradicação da pólio no mundo.

Foi através do Rotary Internacional que se iniciou toda uma discussão para buscar recursos para que a vacina pudesse ser um investimento maciço, para que todos os países do mundo pudessem erradicar essa doença. Ainda temos alguns países da África que buscam atingir essa meta. Obviamente, os governos começaram a investir, e o Rotary continua, através da Fundação Rotária, tendo esse princípio maior de investimento para erradicar a pólio no mundo.

Por isso, nesses 110 anos de comemoração do Rotary Internacional, não podemos deixar de fazer esse registro, sendo que 92% de todos os investimentos de recursos financeiros com os programas de erradicação da pólio vieram da

Fundação Rotário, ou seja, dos rotarianos que participam. Então, quero aqui, deixar esse registro de trabalho aos presidentes dos clubs, ao nosso governador, pelo trabalho que foi realizado.

Em segundo lugar, sr. presidente, queria trazer um tema de grande importância para esta Casa Legislativa, que aflige os nossos jovens, deputado Serafim Venzon, que hoje buscam uma oportunidade de experiência profissional.

Estamos debatendo, recentemente, sobre o desemprego, que volta a assustar em nosso país. Entretanto, muitas vezes, cria-se o dilema para o jovem que está cursando o seu ensino médio, a universidade, e que quer ter a sua primeira oportunidade de trabalho, mas, geralmente, as empresas vêm cobrando experiência profissional do jovem que, como ainda não teve nenhuma primeira oportunidade, logo, não tem nenhuma experiência e, com isso, mais uma vez, não consegue aperfeiçoar-se para buscar resultado.

Eu sou conselheiro do Centro de Integração Empresa Escola de Santa Catarina, o Ciee, e tivemos a oportunidade de, neste mês, apresentar o balanço social com o relatório de todas as atividades de 2014, onde traz dados do trabalho do Ciee em Santa Catarina.

Mas antes de falar do Ciee, há de se destacar o Programa Jovem Aprendiz, que vem trazendo um resultado prático de grande importância pela oportunidade que muitos têm diante da sua carência para iniciar o aprendizado profissional, mas principalmente, pelos dados estatísticos, deputado Mario Marcondes, que demonstram a importância do estágio para a conquista de oportunidade de trabalho.

A grande maioria dos estagiários consegue se efetivar na empresa já nos primeiros anos de estágio, provavelmente ele não conseguiria a vaga de trabalho se não tivesse oportunidade de aprender, de apoiar, de adquirir a experiência que o estágio traz para ele.

Então, essa estatística desmente toda aquela discussão de que o estágio tira a oportunidade de trabalho. Ao contrário, está consolidando vagas de

trabalho. Ainda mais se analisarmos a realidade das empresas privadas de Santa Catarina, que utiliza, em sua maioria, os centros de integração, buscando no meio universitário e no ensino médio ensinar cada vez mais fazendo com que o estudante viva o cotidiano, a experiência de estar trabalhando em uma empresa. E a grande maioria, antes mesmo de concluir o seu período de estágio, já está sendo efetivado na sua empresa.

E a grande garantia da conquista do trabalho é o início da oportunidade de estágio. E aqueles que nos ouvem, estudantes universitários, estudantes do ensino médio, sabem que muitas vezes a bolsa de estágio é o que permite que o estudante se mantenha na escola ou na universidade.

Muito mais que isso, permite que ele, após concluído o seu curso de graduação, tenha uma experiência diferenciada daqueles que viveram apenas a teoria e não a prática do dia a dia.

Eu mesmo comecei a minha atividade aos 16 anos, como estagiário do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, oportunidade que me ensinou muito, ganhei maturidade, experiência para poder iniciar a minha carreira profissional, ainda como estudante da primeira fase do curso de Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina.

E o Cíee apresenta o seu balanço social porque muito mais do que fazer esta integração do estagiário com as empresas, ele também tem todo um trabalho social a ser realizado. Por isso, hoje já temos 19 mil jovens atendidos no Centro de Integração Empresa Escola, temos 16 mil oportunidades de estágio, duas mil empresas parceiras, mais de 118 mil bolsas de auxílio, e todo estudante do ensino médio, técnico, superior, a partir dos 15 anos, que frequenta uma escola regular, pode ter a sua oportunidade.

Então, não estamos falando de trabalho infantil, mas de jovens que tem a obrigação de estar estudando e que podem ter o seu aprendizado diferenciado.

Por isso, trago os cumprimentos ao superintendente do Cíee, Anibal Dib Mussi, ao

Mércio Felsky, que é o presidente do conselho e a todos os conselheiros, pelo trabalho realizado nestes 30 anos em Santa Catarina, e pelos 50 anos no Brasil.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Muito obrigado!

Eu também fui estagiário da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, também iniciando aos 16 anos. Posteriormente, fui contratado como funcionário, mas, efetivamente, o estágio é o período probatório, vamos dizer assim, de um bom funcionário no futuro.

E V.Exa. sabe que temos encontrado algumas dificuldades, por exemplo, eu que sou um defensor, e sou advogado da Associação Catarinense e Brasileira de Alunos de Ensino a Distância, que consigamos estágios com a ajuda do poder público.

E vai, daqui a pouco, tramitar nesta Casa, um projeto de autoria deste deputado para que se busque certa obrigatoriedade e que o ensino a distância tenha os seus estágios curriculares servindo também na grade da universidade.

Então, realmente, o assunto que v.exa. aborda, no momento, é de suma importância para que tenhamos profissionais de qualidade no mercado de trabalho num futuro bem próximo.

Muito obrigado, deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Muito obrigado, cumprimento v.exa. e sei do seu trabalho junto à Associação de Ensino a Distância e também do professor Luciano Formighieri, que participa da associação, preside e coordena os trabalhos, que realmente trazem resultado. A nossa intenção é expandir cada vez mais, pois hoje a oportunidade de estágio é a oportunidade de uma primeira experiência. E, nesta Casa Legislativa, vamos trabalhar para cada vez mais darmos oportunidade de cidadania aos nossos jovens, gerando oportunidade de estágio e futuramente a garantia do seu trabalho profissional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, professores e professoras que nos acompanham na sessão no dia de hoje.

Queria também saudar o secretário da Defesa Civil, deputado Milton Hobus, bem como o secretário da Assistência Social e da secretaria de Obras, o Betão, de Papanduva, que está com o diretor de Habitação, o sr. Wilson Roberto da Veiga e com o prefeito Tuca, que também está aqui em Florianópolis percorrendo as secretarias e certamente nos acompanhando nos trabalhos desta Casa.

Cumprimentei o deputado Milton Hobus, principalmente porque vou abordar a questão da Defesa Civil, que já aprendeu a lidar com a questão das chuvas, com a questão das enchentes e dos desmoronamentos, que aumentaram muito nos últimos 20, 30 anos. Mas ainda se tem pouca possibilidade no sentido de prever e de se proteger de vendavais e de tornados, como já aconteceu no sul do estado e agora no oeste do estado de Santa Catarina. Neste último caso, nem a informação tínhamos que poderíamos ter um tornado na região. Mas há alguns anos atrás tínhamos a informação de que lá no sul do estado teríamos um tornado, todos ficaram na expectativa, mas não puderam fazer nada para minimizar os efeitos que ele causaria, a não ser as equipes de atendimento estarem um pouco mais próximas no socorro as suas vítimas.

Neste caso de Xanxerê e de Ponte Serrada, o que mais nos chamou a atenção, muito mais do que as duas mortes, foi o volume pequeno e insignificante que o governo federal está liberando para a região de Santa Catarina. Temos que lembrar que de todos os tributos, mais de 65% são tributos federais, ou são recursos que vão

para o governo federal. E que cabe a ele redistribuí-los para atender as necessidades das pessoas em casos normais, como Saúde, Educação e Segurança Pública, evidentemente, em casos emergenciais.

Então, certamente, maior que o vento, maior que a catástrofe, foi o volume insignificante de recursos, que do ponto de vista humano, de solidariedade, a visita da presidente Dilma Rousseff foi importante, mas todos nós manifestamos isso como deputados, o governo, a sociedade, sendo solidários com isso e ajudando cada um com aquilo que lhe cabe. Mas é bom destacar que a sociedade como um todo quando paga os seus tributos, com vontade ou sem vontade, na hora que o faz também está pagando o atendimento ao pobre, ao carente, a criança, ao adolescente e uma situação emergencial como essa que aconteceu.

Observações e críticas são pertinentes e vem sendo feita por jornalistas, formadores de opinião, pelo cidadão em geral, principalmente das redes sociais sobre a rápida, intempestiva e pelo volume muito pequeno de recursos que destinou a Santa Catarina, bem como observou o jornalista Moacir Pereira na sua coluna do jornal *Diário Catarinense* publicado, que diz que a viagem ocorreu uma semana depois do vendaval, pela gravidade e pela solidariedade certamente deveria ter ocorrido já na semana anterior.

Além disso, nas redes sociais houve críticas sobre o custo que uma viagem tem para a Presidência, para a equipe que se deslocou antes, a equipe de segurança. Com certeza, à comitiva que veio fazer a vistoria prévia à visita da presidente gastou mais que esses R\$ 300 mil que foram liberados para Ponte Serrada.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado Serafim Venzon.

A presidente Dilma Rousseff vem muito a Santa Catarina. Na questão de Xanxerê teve ministro que chegou mais rápido lá do que secretário de estado,

que estava aqui em Florianópolis e não atendeu Xanxerê.

O pedido que foi feito para a presidente da República foi na ordem de R\$ 5,8 milhões, que ela liberou quando esteve aqui, os outros pedidos aconteceram na hora em que ela estava visitando. Como é que uma presidente vai liberar recursos se não sabe o estrago feito e quem sabe disso é o governo do estado e os prefeitos da região?

Então, sr. deputado, foi muito bem-vinda, sim, a visita da nossa presidente Dilma Rousseff, que trouxe recursos para o estado de Santa Catarina. E antes como, por exemplo, na região em que moro, vale médio Itajaí, tivemos várias enchentes e nunca, nenhum presidente colocou os pés lá, o primeiro que colocou os pés lá foi o presidente Lula, o segundo, a presidenta Dilma Rousseff e antes disso, só Getúlio Vargas. Portanto, nós temos que dar as boas-vindas quando vem, sim, uma autoridade que se preocupa com a nossa gente, como a nossa presidente Dilma Rousseff.

Mas, eu tenho certeza de que os outros pedidos pelo governador Raimundo Colombo, pelos prefeitos de Xanxerê, Ponte Serrada e Faxinal todos serão atendidos, mas ela precisa saber primeiro.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, pela sua contribuição. Aliás, o objetivo desse pronunciamento é provocar esse resultado, ou seja, estamos chamando a atenção de que os recursos foram muitos pequenos, equivalente a R\$ 5 milhões, como dizem alguns comentaristas, o equivalente a uma casa de luxo aqui de Florianópolis. Assim, o objetivo deste pronunciamento é provocar, deputada Ana Paula Lima, essa reação e que melhore a resposta da presidente.

E como v.exa. bem colocou, a União tem participado das catástrofes de Santa Catarina e, certamente, quando o presidente vem, emociona-se, vê as pessoas e há mais um motivo para contribuir. Mas, na época do presidente Fernando Henrique eu era deputado federal e fui um dos articuladores para conseguir uma verba importante para Blumenau,

mesmo sendo na ocasião administrada pelo atual deputado federal, Décio Lima, pelo PT.

Mas o que queremos, deputada Ana Paula Lima, é que justamente a presidenta faça uma reflexão sobre essa insignificância. Por exemplo, o FGTS, já está na lei. Quem tem algum sobressalto como um câncer, por exemplo, se tem uma emergência grave na família ou consigo mesmo, já pode fazer uso do FGTS, que é um recurso próprio, para atender um caso emergencial.

Então, permitir que o cidadão use o seu FGTS é uma redundância, dizer que a pessoa pode usar seu próprio dinheiro para fazer aquilo que é o essencial. Dessa forma, o que queremos é que a Presidenta reavalie essa situação e destine um volume maior de recursos para atender aos pedidos dos nossos secretários e do governador, como v.exa. bem falou.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTO - Sr. presidente, quero, na linha de raciocínio do eminente deputado Serafim Venzon, fazer um registro. Gostaria de dizer que apesar das considerações do deputado quanto ao valor da contribuição do governo federal, seja através Fundo de Garantia ou de incentivos que virão para Santa Catarina, gostaria de dizer que no dia subsequente ao fato ocorrido no oeste, dois ministros de estado da República Federativa do Brasil, o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias; e o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, estiveram em nosso estado.

E, no dia em que a presidenta veio, mais um ministro esteve aqui, Gilberto Kassab, do PSD.

Demonstra o quê? A vontade política de querer fazer. O que está faltando em alguns momentos é a vontade política de alguns governantes em resolver

uma situação que já vem se arrastando de longa data.

Descontar direitos do trabalhador, descontar direito dos professores que foram sacrificados por esse tornado que ocorreu em Xanxerê, descontos na folha de pagamento dos professores não é uma vontade política de querer resolver.

Nós queremos, deputado Padre Pedro Baldissera, e v.exa. esteve presente em Xanxerê também, que haja uma sensibilidade do governo de não fazer isso com os professores, principalmente com os professores do município de Xanxerê e Ponte Serrada.

Muito obrigado!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação, formado pelo PSB, PR e PPS.

Com a palavra o sr. deputado Rodrigo Minotto, pelo tempo de até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, sras. e srs. deputados.

Inicialmente quero agradecer pela concessão do tempo do Bloco Frente Renovação.

Trago aqui uma carta, deputada Ana Paula Lima, dirigida ao governador do estado.

Eu apenas quero, deputados Gabriel Ribeiro e Valdir Cobalchini, como presidente da comissão de Educação desta Assembleia Legislativa, ser o interlocutor dessa aluna. Faço isso para que tenha voz também o povo de Santa Catarina, através deste Parlamento.

(Passa a ler.)

"Pensei o que poderia dizer nesta oportunidade para o senhor. Se o governador teria tempo para ler um texto escrito por uma aluna. Eu estudo em uma escola da rede estadual de ensino, estou no último ano do ensino médio. Talvez o senhor se pergunte: Por que tanta preocupação com a volta às aulas se este é o meu último ano numa escola pública da rede estadual?

Minha preocupação é porque nossos professores não merecem passar por tudo isso, eles são os heróis de nossas vidas. São eles que perdem vários dias e noites para corrigir nossos trabalhos e elaborar nossas provas.

Muitos professores trabalham nos três períodos. Eles nos trazem conhecimento, nos preparam para os obstáculos da vida e nos abrem os olhos para o futuro, para que assim possamos ser, um dia, médicos, advogados, jornalistas, nutricionistas, psicólogos, etc.

Ser professor hoje em dia é uma grande batalha, que nunca acaba. Ser professor é ter que enfrentar a chuva, o sol, a tempestade, madrugadas e encarar mais um dia de greve na luta por seus direitos. Ser professor é ficar sem respostas. Ser professor hoje em dia é pensar uma, duas, três e até quatro vezes antes de escolher essa profissão.

Hoje os professores clamam pelas melhorias. Agora, pense comigo! Um dia o senhor já foi aluno e sabe o quanto é importante ter um professor. Eles são capazes de formar engenheiros para a construção de uma sociedade, médicos para curar as doenças do povo, agrônomos para cuidar das frutas mais preciosas, e assim, de grão em grão, constroem a sociedade.

Graças ao professor o senhor aprendeu a ler, a escrever, e também chegou aonde queria, claro, muito pela sua força de vontade e persistência, mas também porque um professor não mediu esforços para lhe ensinar. Por isso, governador, pense nisso e valorize os nossos professores. Muito obrigada!

Atenciosamente,

Emili Vieira Amaral

Estudante da Escola de Educação Básica João Frassetto, Criciúma-SC".

(Manifestações das galerias.)

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos partidos políticos, os próximos minutos são reservados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, de forma especial os professores do estado de Santa Catarina que estão presentes, outras lideranças, estimado prefeito de Capinzal, Andevir Isganzella, que está junto com o prefeito de Zórtea, Paulo José Francescki; também o ex-prefeito de Ouro, Sérgio Durigon, juntamente com a diretora da Escola Estadual Básica Mater Dolorum, que estão aqui pela questão da Educação e também para divulgar a Semana Pedagógica, a exemplo do que já aconteceu em anos anteriores, pelo brilhante trabalho que está sendo feito.

E essa semana pedagógica é um momento importante da comunidade regional.

Quero, mais uma vez parabenizar a todos e dizer que vamos acompanhar depois o momento da divulgação, pois é uma honra poder falar sobre esse assunto, nós que estamos de forma frequente nesses municípios e podemos testemunhar o trabalho realizado.

Quero antes de fazer referência ao tema que vou abordar aqui rapidamente, falar mais uma vez sobre o impasse que envolve as negociações no nosso estado do plano de carreira do Magistério de Santa Catarina. Entendemos que o governo precisa o quanto antes possível estabelecer com a categoria os níveis da negociação, sentar com os representantes e estabelecer os pontos que possam criar uma luz no fim do túnel.

Por diversas vezes falamos aqui sobre a emenda constitucional de nossa autoria, que tramita nesta Casa, propondo a alteração dos níveis dos percentuais destinados à educação de Santa Catarina. Temos uma PEC que tramita aqui propondo a alteração de 25% para 30% dos recursos para a educação. Entendo que só desta forma de fato teremos colocado em nosso estado a educação com a prioridade que ela merece.

É bem verdade que no futuro se espera maiores recursos que virão do pré-sal destinados para a

educação, mas para o presente, entendo que é fundamental a alteração do percentual mínimo destinado à educação e, com isso, trazer certamente um alento e perspectiva para a categoria.

Sr. presidente, quero referir-me também a um projeto, de nossa autoria, na condição de presidente da frente parlamentar da saúde do trabalhador, que de certa forma o Magistério será um dos mais beneficiados, que institui em Santa Catarina o programa estadual de prevenção de lesões por esforços repetitivos, ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho. Esta tem sido uma preocupação aqui no estado, já que Santa Catarina, a exemplo de outros estados, vem assistindo nos últimos anos o crescimento acentuado das lesões por esforços repetitivos e os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.

Sabemos que se não houver um programa de prevenção os dados tendem a se agravar. Os professores, inclusive sabem o que significa estar lá o dia inteiro com o giz na mão. Então, é muito importante que o estado possa adotar um programa efetivo de prevenção à LER e a Dort.

Por isso, está tramitando nesta Casa um projeto de nossa autoria e sabemos que esse debate ganhará outros desdobramentos.

Quero também fazer um apelo para que a análise deste projeto nas comissões possa lograr êxito e ter parecer favorável, pois é uma questão muito importante, não apenas para Santa Catarina, para os trabalhadores, mas para todos aqueles que querem que o trabalho seja fonte dignificadora do homem, para efetivamente prover seu sustento, mas que seja feito com condições de trabalho, com saúde e com prevenção.

No mais, sr. presidente, nesse um minuto que nos resta, queremos mais uma vez dizer da nossa preocupação no acompanhamento também das obras de reconstrução no município de Xanxerê e Ponte Serrada.

Já falamos disso em outras ocasiões. Estivemos lá pessoalmente verificando a situação e

conversando com as pessoas. Alguns recursos já foram anunciados, mas outros recursos mais consideráveis, especialmente para a reconstrução das moradias estão em estudo e análise após a visita da presidente e também do governador.

Espero que possam ser liberados, o quanto antes possível, esses recursos, esses programas, principalmente às pessoas que perderam suas moradias, sua habitações, para que elas possam contar com esse consolo, pelo menos, e ter uma ajuda para recomeçar a reconstruir as suas vidas.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de registrar, com muita tristeza, que no dia de hoje faleceu a nossa querida professora Lúcia Sevegnani, ambientalista, pesquisadora, ex-presidente da Associação Catarinense da Preservação da Natureza - Acaprena -, também foi professora da Universidade de Blumenau - Furb.

Mais do que perder a Lúcia, perdemos acima de tudo uma mulher de fibra, de garra, de ideais fortíssimas. Lúcia era natural de Rio do Sul, mas também Blumenauense de coração. Conquistou realmente uma carreira admirável sendo uma das pesquisadoras do grupo que estuda as causas em forma de prevenção de enchentes na região do médio vale do Itajaí, especificamente, na cidade de Blumenau.

Há algum tempo ela enfrentava a leucemia e não resistiu às complicações da doença. Ela faleceu aos 56 anos, mas sem dúvida, sr. presidente, nos deixou um legado enorme na questão ambiental.

Meu sincero pesar, minhas condolências a toda família, aos amigos e aos alunos da universidade.

O velório vai acontecer agora, às 15h:30. Infelizmente, não poderei comparecer, mas fica

aqui o nosso registro de pesar ao falecimento da professora Lúcia Sevegnani.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - sr. presidente, quero apenas informar a todos os professores e às professoras que acompanham esta sessão, que na última quinta-feira estive reunida com o secretário da Casa Civil, sr. Nelson Serpa, tratando sobre a questão da greve do Magistério e pedindo para que o governo reabra as negociações.

Acabei de sair da secretaria da Educação, onde estive conversando com o secretário, e fizemos um debate com relação a não incorporação da regência de classe, ao reajuste dos 13%, à anistia das faltas durante a greve e ao concurso público.

Foi bastante produtiva a nossa conversa e ele informou que terá uma audiência com o governador. Eu imploro para que o governo de fato restabeleça as negociações com o sindicato dos professores.

Se o governo mostrar sensibilidade no sentido de abrir a negociação para discutir esses pontos com o sindicato, com a categoria do Magistério, acredito que será possível avançar.

Então, gostaria de passar essa informação aqui e dizer que estamos na luta para encontrar um caminho, uma solução para a valorização dos profissionais da Educação Catarinense.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Valdir Cobalchini - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, queridos professores aqui presentes, no mesmo sentido, ontem, depois da reunião da comissão de Educação, fomos ao secretário da Casa Civil para pedirmos a e abertura do diálogo das negociações.

O secretário Nelson Serpa nos recebeu muito bem e, hoje, na saída, nos encontramos, este deputado e a deputada Luciane Carminatti, com o secretário Eduardo Deschamps, ocasião em que ponderamos, conscientemente, os mesmos pontos que aqui foram tratados pela deputada Luciane Carminatti: a questão da incorporação, da regência de classe, do subsídio, da anistia, do reajuste dos 13%, e a revogação de um decreto de 2010. São pontos que me parecem comuns ao movimento que tem também a nossa boa vontade.

Estamos trabalhando efetivamente para que nos próximos dias possamos fazer com que o projeto venha para esta Casa e que ele atenda aos interesses de toda a categoria.

Portanto, queria fazer esse registro, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro.

Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, professores presentes.

Acho que esta questão do diálogo é importante. Eu já tenho um posicionamento formado, também já falei várias vezes com o deputado Gabriel Ribeiro sobre a questão da anistia, pois os professores com uma, duas faltas, ficam impedidos de progressão.

Acho que isso tem que ser estudado. Há uma anistia até 2011 e, por causa de duas faltas, muitos professores têm sido prejudicados. Então, acho que tem que buscar o diálogo.

(Manifestações das galerias)

Meia falta! Isso é o fim da picada!

Então, acho que existem algumas picuinhas também e falta de vontade para resolver as coisas.

Queria registrar a visita, em meu gabinete, do Paulo Glinski, do Célio Galescki, de Osmar Oleskoviski, do Wilmar Suldoski, todos polacos, de

Canoinhas, juntamente com Beto Passos, do Ernani Wogeinaski e do Ernani Júnior.

Recebemos, sr. presidente, também o expediente do Carlos Bastos Abraham, presidente do Senge - Sindicatos dos Engenheiros de Santa Catarina -, preocupado com a questão do fechamento do escritório da Petrobras, em Itajaí.

Já houve uma audiência pública, manifestações, várias autoridades envolvidas, o deputado Décio Lima, o deputado Mauro Mariani estavam em Brasília. E com a vinda da presidenta Dilma Rousseff a Santa Catarina, o governador conversou com ela sobre esse assunto, e acredito que o melhor para Santa Catarina vai prevalecer.

Preocupo-me muito, pois a Udesc tem um *campus* em Balneário Camboriú, investiu num curso de Engenharia do Petróleo, e precisa desse trabalho, dessa parceria com a Petrobras.

É importante, vamos formar engenheiros para o Brasil e para o mundo. Assim é importante essa parceria e que se encontre o melhor caminho. Não precisa ser uma solução que mantém uma estrutura administrativa desnecessária, mas tem que ter uma estrutura operacional que não traga nenhum prejuízo a Santa Catarina, que já perde muito, até porque os *royalties* do petróleo vão para o Paraná, não ficam em Santa Catarina.

E hoje eu li o *Diário Catarinense* que, na sua capa, tem duas sentenças de morte. Uma do Rodrigo Goulart, que é aquele traficante que foi preso na Indonésia, e foi condenado à morte, sabia que p crime de levar drogas para aquele país tem a pena de morte, ele que tem mandado de prisão em Santa Catarina, que iniciou a carreira criminosa do tráfico em Santa Catarina, que provavelmente tem participação em muitos usuários, muitos alunos, muitas crianças, que talvez pegaram o caminho errado por causa do tráfico de drogas. E, do outro lado, a professora Mirella Maccarini Peruchi, de Criciúma, que foi condenada à morte pela marginalidade.

Então, vejo que a omissão das autoridades federais, do Congresso, em mudar esta legislação, em criar possibilidade, em criar alternativa de

termos leis mais rigorosas, de termos locais para manter os condenados presos, vai fazer com que continuemos a viver nesta roleta russa, onde todos somos um alvo em potencial.

Hoje, a própria escola, o professor é desrespeitado pela falta de acreditar na legislação, de acreditar quem tem que cumprir a lei com certeza esse menor e seu companheiro, que mataram a professora em Criciúma, saíram para querer arrumar R\$ 300,00 ou R\$ 400,00 com uma arma, e aí foram assaltar essa médica de Criciúma. Ela se assustou, deve ter acelerado, e eles atiraram e a mataram.

Se eles vivessem num país onde soubesse que apontar uma arma para alguém, que roubar R\$ 10,00 poderia ir para a cadeia, talvez não fosse praticar esse crime. Mas estão num país que sabem, podem fazer o que querem, num país em que a nossa lei, infelizmente, é muito benevolente. Então, nós temos que fazer alguma coisa. É necessário. Não podemos deixar o tráfico de drogas continuar impunemente agindo em nosso estado. Não podemos fazer com que as pessoas de bem fiquem à mercê da criminalidade.

Então, quando se pega hoje os jornais, o Diário Catarinense, você faz uma reflexão. A deputada Ana Paula Lima me convidou para derrubar o veto do Observatório da Mulher, é um esforço nobre que tem que ser reconhecido, mas são ações isoladas, pequenas ações que acabam não resolvendo o problema.

Nós temos que mudar algumas coisas neste país, nós temos que ter infraestrutura prisional. Quanto à questão da maioridade penal, desde já anuncio que sou contra colocar o menor junto com o maior no presídio, mas o menor que matou com uma arma uma pessoa que estava chegando do trabalho também não pode receber, como pena máxima, três anos de internação. Isso é um absurdo!

Então, o menor vai matar uma pessoa, sabendo que no máximo vai pegar três anos de internação, e nem vai ficar esse tempo, porque não há vaga no Sistema Prisional Brasileiro. Então, tem que se investir. Claro que a solução é educação, a

solução para tirar o país dessa crise de autoridade é a educação. Mas nós precisamos, neste momento, estancar esta criminalidade, e para estancar é com lei forte, com local para manter essas pessoas presas.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Primeiramente, vou agradecer v.exa. se votar pela derrubada do veto, que é realmente um projeto de suma importância. A violência contra as mulheres reflete também na violência contra a sociedade, porque é uma rede. Nós temos que inibir esse curso da violência, pois protegendo as mulheres, nós vamos proteger seus filhos e, certamente, a sociedade estará protegida.

Eu sei onde v.exa. quer chegar. Eu discordo de algum ponto de vista de v.exa, mas quero muito respeitosamente debater. Eu acho que se o Sistema Prisional de Santa Catarina pulou de 12 para 19 mil presos, alguma coisa está errada. Nós não temos que aumentar cadeias, o que temos é que fazer políticas públicas para que não haja mais presídios e aqueles que lá estão serem ressocializados para que, quando voltarem à sociedade, não cometam crimes novamente.

Quanto à questão da criança e do adolescente, já me posicionei por várias vezes. Sou contra a redução da idade penal. Primeiramente, porque não é parâmetro para a questão maior, que é a questão do Sistema Prisional. Se hoje não temos lugar para preso adulto, para adolescente e crianças, é porque os Caseps em Santa Catarina estão em estado de calamidade. O São Lucas aqui em São José foi derrubado e não foi construído novamente. Isso que era para o adolescente infrator. Além disso, temos uma missão aqui importante: as políticas públicas e a educação. Como é que queremos que o aluno vá para a escola com vontade? Nós temos que ter um professor preparado e bem pago para dar esse atendimento. E a escola tem que ser um local aprazível, tem que ter boas condições para atender a nossa criança e o nosso adolescente.

Infelizmente, isso não tem acontecido. Então, esse é um debate muito grande, muito amplo, precisamos dialogar sobre isso.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - o São Lucas demorou muito tempo para ser reconstruído. Acho que só poderia ter sido demolido se o novo já estivesse pronto. O novo está pronto, mas o número de vagas para internação no país e em Santa Catarina é muito pequeno. Nós tivemos uma audiência da Segurança Pública lá em Caibi esta semana e o promotor da comarca presente falou que para conseguir uma vaga para internar um menor infrator, com dezenas de passagens, ele e o juiz acabam tendo que perder um dia fazendo ligações para todo o estado.

Infelizmente a questão das drogas é o grande problema que realmente desestrutura a família e a sociedade do nosso estado. Eu sempre digo nos locais que faço debates a respeito das drogas, que elas levam a dois caminhos: presídio ou cemitério. Então, para nós realmente é preocupante essa questão das drogas, da criminalidade como um todo. Mas se não mudarmos a legislação, se não começarmos a repensar, infelizmente, não vamos sair desta situação que nos encontramos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de anunciar a presença do prefeito de Canoinhas, Beto Farias, que está fazendo um grande trabalho na cidade e que veio visitar a nossa Casa. Bem-vindo a esta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao Bloco Social Progressista, formado pelo PT e PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Milton Scheffer, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Eu venho, sr. presidente, neste dia, registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Atalanta, sr. Tarcísio Polastri; do vice-prefeito, sr. Tarcísio Edegar Hillesheim, que estão aqui tratando de assuntos de interesse do município. Também contamos com a presença do nosso presidente do PP, de Santa Rosa do Sul, sr. Alex Bristot; e da mesma forma, do vereador Matias Naor da Cunha Cardoso, atual secretário de Agricultura, prestigiando esta sessão e tratando de interesses de Santa Rosa do Sul, cidade vizinha a nossa querida Sombrio.

Nesta tarde, queria explanar um pouco a respeito da rede hospitalar de Santa Catarina, principalmente da rede filantrópica. Hoje tivemos uma reunião interessante na comissão de Saúde, quando tratamos com o secretário João Paulo Kleinubing de uma série de temas ligados aos hospitais públicos de Santa Catarina e tudo isso nos leva a uma grande reflexão a respeito do sistema hospitalar e do atendimento às pessoas.

Hoje a rede filantrópica de Santa Catarina é um exemplo, mas o que é para ser uma grande vantagem do nosso estado, através do trabalho voluntário, comunitário e religioso, está-se tornando um grande peso para essas organizações, por falta de incentivo, de apoio governamental e de uma política pública que valorize os hospitais filantrópicos.

Nós temos, hoje, pouco mais de 14 hospitais públicos e cerca de 182 hospitais filantrópicos em Santa Catarina que atendem, desde os longínquos municípios do interior até as principais cidades de Santa Catarina, como Blumenau, Criciúma e Joinville. Inclusive o hospital de São José, de Criciúma, que foi tema da reunião de hoje pela manhã, juntamente com o secretário de Saúde, pois estamos tratando da negociação do próximo contrato, sendo o segundo maior hospital filantrópico de Santa Catarina e que presta um serviço essencial para cerca de um milhão de habitantes.

Mas os hospitais filantrópicos vivem hoje um momento muito delicado em termos financeiros e por incerteza da gestão, deputado Luiz Fernando Vampiro, v.exa. que é de Criciúma, e que vive, juntamente com o deputado Cleiton Salvaro, esse drama dos nossos hospitais e de mais uma série de outros hospitais das cidades vizinhas em função da falta de recursos para manter as portas abertas.

As entidades que representam o setor: Associação e Federação dos Hospitais de Santa Catarina e a Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, com o nosso apoio, através da Frente em Defesa da Saúde de Santa Catarina, realizará amanhã um encontro, às 8h. Na verdade será um café da manhã com todos os 40 deputados desta Casa e representantes do governo estadual e de outras instituições ligadas à saúde aqui na Assembleia Legislativa, para debatermos vários temas de interesse do setor. O principal objetivo será expor a dramática realidade dos hospitais, que poderão comprometer o atendimento à população. Não é nem para aumentar, é para manter o que já existe hoje.

Há pelo menos 17 anos o segmento hospitalar privado filantrópico sofre com o *déficit* da tabela do SUS. Faz 16 anos que não é reajustada a tabela da maioria dos procedimentos do SUS. E o hospital tem lá o custo do medicamento, da energia elétrica e uma série de outros insumos. E os profissionais da área de Saúde precisam de reajuste anual e é justo que assim seja, mas o ministério da Saúde, na maioria dos procedimentos, há 16 anos, não faz reajustes e isso tem causado a falência da maioria dos nossos hospitais.

O governo do estado também carece de uma política de apoio e de incentivo a esses hospitais, de isenção de impostos, pois a maioria dos impostos arrecadados pelo setor de saúde, hoje, vem desses hospitais que, na verdade, eram para estar isentos de alguns impostos. Há pouco tempo isentamos impostos na compra de veículos, de equipamentos da linha branca, mas se o hospital de Concórdia fosse comprar um equipamento de Raios-X iria pagar 30% de ICMS, o mesmo hospital que

trabalha com honorários defasados dos seus serviços prestados há muito tempo.

Então, existe uma distorção em nível nacional e essa discussão precisa ser retomada. O governo do estado também precisa fazer a sua parte. Há uma série de ações que podem ser reajustadas. Isso tudo está sendo apresentado amanhã pela manhã num encontro da Federação dos Hospitais de Santa Catarina com os deputados para que todos nós possamos tomar ciência dos problemas e saber qual caminho que nós, deputados estaduais, poderemos seguir, deputado Padre Pedro Baldissera, para ajudar os nossos hospitais filantrópicos. A comunidade está fazendo a sua parte, mas é preciso que a Assembleia Legislativa, o governo do estado e o governo federal também façam a sua.

Por isso, nesse encontro de entidades hospitalares estará sendo apresentado um documento às autoridades solicitando, em primeira mão, a imediata revisão da tabela do SUS.

Existe um projeto tramitando na câmara dos deputados, com mais de dois milhões de assinaturas do povo brasileiro, pedindo que se crie uma emenda à Constituição obrigando o governo federal a colocar 10% da sua receita em Saúde.

Esse projeto está parado, apesar da assinatura de mais de dois milhões de brasileiros, mas se esse projeto fosse votado, obviamente, o ministério da Saúde terá recursos para poder reajustar a tabela do SUS. Essa é uma das reivindicações!

A outra é a ampliação da política de incentivo hospitalar instituída, deputada Ana Paula Lima, pela presidente da comissão de Saúde desta Casa, pelo governo do estado, em 2008, e que passados sete anos não foi reajustada. Uma política de incentivos. O Rio Grande do Sul e o Paraná dão incentivos maiores para os seus hospitais do que Santa Catarina. Nós precisamos enfrentar isso, a hora é agora. Temos que nos unir. Se o governo do estado desse incentivo, complementando um pouco os custos atuais, os hospitais filantrópicos poderiam atender mais e melhor o povo de Santa Catarina. E essa é uma das

reivindicações que vai estar em pauta amanhã, nesse nosso encontro.

As entidades reivindicam também a isenção de impostos junto ao governo do estado como o ICMS, sobre compra de mercadores e insumos utilizados pelos hospitais. A própria energia elétrica, que no ano passado todos aqui aprovamos e que depois o governador vetou. Nós isentamos outras entidades filantrópicas como igrejas e outras instituições do pagamento de ICMS, mas não isentamos o hospital filantrópico que é um trabalho voluntário, da sociedade catarinense.

Então, são em situações como essa que nós precisamos nos unir para melhorar o atendimento na Saúde.

Outro encaminhamento é para que ocorra a distribuição igualitária de recursos entre hospitais públicos e privados, públicos e filantrópicos.

Hoje os hospitais filantrópicos de Santa Catarina atendem mais de 70% da população do SUS e eles recebem 50% dos recursos. Os hospitais públicos recebem metade de todo o recurso disponível e atende menos da metade dos procedimentos hospitalares da rede SUS de Santa Catarina.

Então, é uma questão de justiça que está sendo feita atender igualitariamente, pagar pelos serviços prestados.

Um leito na rede filantrópica de Santa Catarina custa por mês, deputado Antônio Aguiar, cerca de R\$ 7 mil a R\$ 8 mil; e na rede pública, R\$ 30; nas Organizações Sociais de Saúde - OSS -, R\$ 22 mil por mês.

Então, vale muito mais o governo do estado criar um sistema de incentivo aos hospitais filantrópicos para economizar na sua rede pública. É isso que nós temos que ter conhecimento. Os hospitais filantrópicos, as associações de hospitais apostam em uma parceria entre o Poder Público para reverter a crise do setor.

Hoje temos sim, deputado Valdir Chobalchini uma grande crise. V.Exa. que anda pela cidade sabe

que a sociedade está fazendo feijoada e bingo para poder manter o seu hospital aberto.

Nós temos que enfrentar esse sistema. Ele faliu, ele apodreceu, mas trata da saúde das pessoas. Nós não podemos abandonar.

Por isso, quero convidar todos vocês para amanhã, não em meu nome, mas em nome da Federação dos Hospitais de Santa Catarina, para comparecerem aqui no restaurante da Assembleia Legislativa, para um café da manhã com as Associações e as Federações para ouvirmos deles as reivindicações do setor e o que, nós deputados, como representantes dos catarinenses, podemos fazer para ajudar esses hospitais.

Fica o convite, peço que cada um coloque na sua agenda. Seria e vai ser muito importante a presença de cada um dos senhores e senhoras, amanhã, no horário da manhã, para somar esforços. Temos a iniciativa de deputados desta Casa, do deputado Antônio Aguiar e de outros para ajudar os hospitais, mas precisamos nos unir para vencer essa barreira, que não é nossa, é daquele que depende do hospital público para o seu atendimento. Fica o registro e o convite a todos. Eu ainda tenho alguns minutos e ouço o deputado Antônio Aguiar, membro da comissão de Saúde.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo, deputado José Milton Scheffer, por esse importante tema. E quero dizer que os hospitais filantrópicos são o sustentáculo da saúde do estado de Santa Catarina, por isso, temos que apoiá-los.

E v.exa. tem no Fórum Parlamentar essa importante missão e pode contar com a liderança do partido, com o PMDB nesse importante evento que vai começar amanhã, às 8h.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar. Sr. presidente, era isto, e agradeço a oportunidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Valdir Cobalchini, por até 15 minutos.

Mas antes de o deputado dirigir-se à tribuna, gostaria mais uma vez de fazer um apelo aos srs. deputados e às sras. deputadas. Na tarde de hoje, no horário da Ordem do Dia, teremos uma série de vetos a serem apreciados e, além disso, também teremos a votação da admissibilidade da Medida Provisória n. 199, que revoga a Medida Provisória n. 198, referente à questão da Educação.

Portanto, é importante a presença neste plenário de todos os parlamentares.

Agora, sim, com a palavra o sr. deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, trago à tribuna hoje três temas, mas como este é o horário do PMDB, permitam que eu faça uma saudação a todos os membros do nosso partido, que completou dia 24 de abril, nosso líder, deputado Antônio Aguiar, 49 anos de existência, desde que no dia 24 de abril de 1966 foi constituído o primeiro diretório em Santa Catarina.

Nós tivemos dois dias memoráveis e comemorativos: no domingo, com a Convenção do PMDB Mulher, para a qual vieram a esta Casa mais de 800 lideranças femininas de todo o estado prestigiadas por parlamentares de inúmeras lideranças do nosso partido. Foi a maior de todas as convenções do segmento feminino que o PMDB já realizou, deputado Dalmo Claro; e, na segunda-feira, à noite, deputado Luiz Fernando Vampiro, permitam que eu faça saudação aos companheiros do partido, deputados Gean Loureiro e Mauro de Nadal, em sessão nesta Casa, homenageamos personalidades do PMDB, algumas filiadas há exatamente 49 anos, como o caso do sr. Álvaro da Silva Dutra, de Lages, que

com 96 anos esteve presente, estava firme, alegre, recebendo uma placa em homenagem a sua trajetória que faz do PMDB o maior partido do estado.

É por gestos como esse que o partido segue forte, segue vivo, quando se reconhece aqueles que, em momentos difíceis, quando era quase proibido falar em MDB, com a maior coragem, fundaram nosso partido que hoje orgulhosamente representamos aqui na Assembleia Legislativa.

Gostaria também de fazer menção a um evento administrativo, em Rio Negrinho, na última sexta-feira, no qual contamos com a presença dos deputados Darci de Matos, Silvio Dreveck, Antônio Aguiar; do governador do estado, Raimundo Colombo; dos senadores Luiz Henrique da Silveira e Dário Berguer; também do deputado federal Mauro Mariani e outras lideranças locais. Refiro-me à inauguração da SC-112, antiga SC-422, que interliga Rio Negrinho com o distrito de Volta Grande. Aliás, na data de aniversário do município de Rio Negrinho.

São 24km, aguardados por muitos anos e que na condição de secretário da Infraestrutura, reiniciamos a execução da obra, iniciada em 2008, no governo Luiz Henrique da Silveira. Foi um momento marcante, deputado Antonio Aguiar, que quero compartilhar com o amigo, com todos os colegas deputados, porque representa uma grande conquista.

Srs. deputados, essa obra abre caminho para integração de duas regiões, o planalto norte de Santa Catarina hoje muito mais próximo, mais integrado ao próprio Paraná do que a Santa Catarina e esse trecho abre caminho para que o planalto norte chegue ao vale do Itajaí, deputada Ana Paula Lima. Esta é parte de uma obra, de um complexo de obras que envolvem mais de 100km, que é a SC-477, que liga Itaiópolis a Doutor Pedrinho e Papanduva a Moema, além desse trecho que foi inaugurado no último sábado.

Abre-se uma grande fronteira para o desenvolvimento do nosso estado.

O Sr. deputado Antonio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. deputado Antonio Aguiar - Sr. presidente do PMDB, deputado Valdir Cobalchini, foi, sem dúvida nenhuma, um presente para Rio Negrinho, um presente recebido nos seus 135 anos de emancipação político-administrativa com a presença dos senadores Luiz Henrique da Silveira, Dário Berguer e de todos os deputados que v.exa. já citou.

Na verdade, foi uma grande demonstração cívica, pois tivemos a honra de fazer a lei da SC-112, que denomina Almir Kalbusch, *in memoriam*, que é ex-prefeito de Rio Negrinho, homenageado com seu nome nesta importante rodovia.

Parabenizo v.exa. também, pois tivemos a comemoração dos 49 anos de fundação do PMDB. E fomos brindados pela Rede Globo falando muito da história do PMDB, nos seus cinquenta anos, uma história que nos enche de orgulho.

Quando Ulysses Guimaraes falava que a Constituição é a constituição da liberdade. E essa constituição da liberdade era pra ser, na verdade, cumprida com a benção de Deus por todos os brasileiros.

Então, vemos que as leis aqui no Brasil não são cumpridas, mas fora do Brasil são cumpridas, embora contra os brasileiros, que foi executado na Indonésia.

Então, queremos, sim, um país que cumpra as leis. Para os bons não precisa as leis, e os maus não cumprem as leis.

Então, deputado Valdir Cobalchini, quero parabeniza-lo por todos esses eventos que estão elevando o nome do PMDB no estado de Santa Catarina.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, a constituição da liberdade e da justiça social. Ainda além dessa obra, de Rio Negrinho a Volta Grande, iremos participar, por certo, juntos, da inauguração, agora, no mês de maio, do trecho entre Lança, lá na 280, no município de Porto União, ao distrito de Santa Cruz do Timbó.

Trata-se de uma reivindicação antiga e que agora, finalmente, recebe a pavimentação que vai trazer um desenvolvimento muito grande, especialmente à agroindústria de toda aquela região.

Temos ainda agendada a inauguração do trecho, deputado Mauro de Nadal, entre São Lourenço do Oeste a Formosa do Sul, cerca de 60km.

Quero aqui registrar que essas obras foram iniciadas no mandato passado, momento em que estive na secretaria de Infraestrutura e conseguimos recursos, algumas delas oriundas de financiamentos internacionais e fruto de financiamentos junto ao BNDES e ao Banco do Brasil, que tiveram, sim, o apoio irrestrito do governo federal.

Então, nesse momento em que se fala muito em crise, Santa Catarina, felizmente, toca as suas obras que traz, por certo, um alento para o desenvolvimento do nosso estado.

Eu gostaria, ainda, de tratar de uma questão que tem tomado, quase todos os dias, especialmente aqui na Assembleia, as galerias deste Poder. Refiro-me à questão que envolve a Educação, os trabalhadores, os alunos da rede pública estadual e a sociedade catarinense.

Acompanhamos, com muito interesse, o desenrolar dessa questão, deputado Mauro de Nadal, quando para cá o governo encaminhou uma medida provisória que a comissão de Constituição e Justiça, através do presidente deputado Mauro de Nadal, entendeu pela não admissibilidade, o que foi acompanhado pelos demais membros da comissão de Constituição e Justiça, inclusive a minha própria posição, o meu voto, foi no mesmo sentido. Agora, trabalhamos no sentido de que, deputada Luciane Carminatti, que é a vice-presidente da comissão de Educação; e deputado Silvio Dreveck, líder do governo, o governo, ao encaminhar a proposta do plano de carreira do Magistério, o faça, primeiramente, através de um entendimento com esta Casa, para que não tenhamos os mesmos percalços, os mesmos dissabores que tivemos quando da tramitação da medida provisória.

Acreditamos, deputado Natalino Lázare, que a partir da reunião de ontem, na comissão de Educação, Cultura e Desporto, quando recebemos um apelo da comissão para que fôssemos ao secretário da Casa Civil e ao secretário da Educação interceder pela reabertura das negociações para que se estabeleça um diálogo com os trabalhadores, com o Sinte, que esta Casa possa contribuir nesta mediação para que todos ganhem. Nessa luta não tem partido político, não tem governo, quem ganha é a Educação, quem ganha é a sociedade, o que reputamos muito importante, aliás, não há nada mais importante do que a Educação.

Mas penso que não devemos ficar aqui aguardando, demos ser proativos. Isso que fizemos me parece que foi bem recebido, deputado Ismael dos Santos, tanto pelo secretário da Casa Civil, Nelson Serpa; quanto pelo secretário Eduardo Deschamps, que se manifestaram, com muita boa vontade em termos dos avanços, das melhorias na proposta, preliminarmente apresentada, e que, por tudo que temos ouvido, não atende às reivindicações dos nossos professores.

Parece-me que há espaço, sim, para as melhorias, e aguardaremos. Não apenas vamos aguardar, mas penso que a Assembleia tem que assumir o seu papel, não o papel de base do governo, mas o papel que cabe a cada um dos parlamentares, seja da base, seja de Oposição, pois a Educação não tem partido. Precisamos, em breves dias, ter restabelecidas as aulas, e que o governo possa encaminhar um projeto que contemple aquilo que é o desejo de toda a categoria e que assim possamos, depois de muitos anos, entregar aos professores um plano de carreira que os valorize, não apenas em relação às questões salariais, mas também em relação à progressão, à valorização desta que é a profissão mais importante do país.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feita a manifestação, deputado Valdir Cobalchini.

Mais uma vez faço aqui o apelo para que os srs. parlamentares e as sras. parlamentares possam vir ao Plenário, uma vez que temos muitos vetos a serem apreciados. Além disso, temos ainda a votação da medida provisória com relação à admissibilidade, revogando a outra medida provisória.

Passo à condução dos trabalhos ao deputado Gelson Merisio, presidente desta Casa.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Apenas permita-me registrar que hoje o líder do PSD, deputado Jean Kuhlmann, troca de idade.

Então, quero deixar os parabéns ao deputado Jean Kuhlmann.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro. Então, hoje é o aniversário do deputado Jean Kuhlmann.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0203/2014.

Não há emendas à redação final.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0199/2015, de origem governamental, que revoga a Medida Provisória n. 0198, de 2015, que fixa a remuneração básica do professor admitido em caráter temporário e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Essa medida provisória revoga a Medida Provisória n. 198, que na prática é aquilo que fosse retirada. Então, evidentemente, essa medida provisória é admissível porque este é o mecanismo previsto na Constituição para revogar outra medida provisória. Não basta, simplesmente, tirar. Então, acho que a medida é adequada e nós somos favoráveis à admissibilidade.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - A Medida Provisória n. 199, revoga todos os efeitos da Medida Provisória n. 198? Inclusive permite a retroatividade dos pagamentos da Medida Provisória n. 198?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não, deputada Luciane Carminatti, não é assim que funciona.

A aprovação da medida provisória extingue os efeitos da MP tão logo seja aprovada. A Assembleia, através da comissão de Constituição e Justiça, vai propor em decreto legislativo que convalida os efeitos da medida provisória enquanto esteve vigente. Esta é a regra para a medida provisória. Não há outra alternativa.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu agradeço os esclarecimentos, mas a minha dúvida é com relação à retroatividade dos pagamentos dos profissionais que tiveram perdas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta medida provisória que está sendo aprovada apenas revoga a Medida Provisória n. 198. Esse é o seu conteúdo.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigada!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, esta revogação, fruto de um acordo entre todas as bancadas de articulações com o Poder Executivo, com o governador, diretamente, o PSDB, naturalmente, vota favorável, até porque participou junto com as demais bancadas desse acordo para a retirada dessa medida provisória.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Os srs. deputados que concordam permaneçam como se encontram.

Está aprovada a admissibilidade.

Discussão e votação em turno único de Mensagem n. 00056/2015, que dispõe sobre veto total do Projeto de Lei n. 0266/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, esse é um projeto que não cria despesa ao governo, portanto, é um projeto importante para a sociedade, e nós pedimos o voto "não".

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, o PSDB também discutiu essa questão. A

sugestão do deputado Antônio Aguiar é excelente! Se esse projeto não cabe como lei, cabe ao Executivo entrar com uma Adin, mas, de qualquer maneira, apoiamos a sugestão, que é boa e cabe ao governo encontrar a forma para instituir este programa que o deputado sugere. Sei que talvez possamos estar equivocados, mas o projeto é muito importante e o aprovamos também, ou seja, votamos "não".

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado Sílvio Dreveck, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o Veto n. 0056/2015, sr. presidente, no entendimento do governo, é veto total por inconstitucionalidade. Senão, vejamos, apesar do interesse social da matéria, o senhor governador demonstra que há invasão de competência legislativa por parte deste Parlamento em autorizar a criação de um programa com a interação de vários órgãos e servidores do Poder Executivo. Aumentar despesas sem a devida comprovação de previsão orçamentária ou de contrapartida, em clara afronta ao princípio de independência e harmonia dos poderes, veto com base nos arts. 32, 50, §2º, inciso VI, alínea "a", e 123 da Constituição Estadual.

Portanto, o governo encaminhamento pela manutenção do veto, sr. presidente.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Apenas quero fazer um esclarecimento com relação à Medida Provisória n. 0198. Consultando a Medida Provisória 0199, no parágrafo único, do art. 2º diz o seguinte: "Eventuais diferenças remuneratórias, decorrentes das contratações celebradas com base na MP n. 0198/2015, serão

pagas observando-se a lei complementar". Ou seja, os professores que tiveram perdas por conta da MP n. 0198, terão o seu pagamento efetuado.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - V.Exa. está com a razão, foi um ato falho desta Casa.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - É pertinente a manifestação da deputada Luciane Carminatti, porque a MP n. 0199 revogou os efeitos da MP n. 0198, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial. Mas enquanto vigeu a MP n. 0198, ela surtiu seus efeitos naquele período. E como está sendo revogada para ser aplicada a lei complementar, que evidente que tem diferença, é pertinente constar na redação da MP n. 0199 que eventuais diferenças serão pagas conforme prevê a lei complementar.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Houve um veto em função da inconstitucionalidade do projeto do deputado Antônio Aguiar que institui o Programa de Apoio Psicológico de Orientação para Pais Biológicos Adotivos de Crianças Especiais. É a instituição de um programa. A argumentação do deputado líder do governo levantou aqui é embasada no art. 32, que é o da separação dos Poderes. Ora, essa tese da separação dos poderes, como foi lá aventada pelo Montesquieu, hoje, tem que ser compreendida, de outra forma. Quer dizer, não é o fato de o Poder ser Legislativo e de que um programa vai ser aplicado para Executivo, que eu posso sistematicamente, como faz o Executivo, dizer aqui que qualquer projeto do Legislativo que cria um programa ou institui qualquer obrigação

para o Executivo, seja uma invasão, porque aí nós teríamos um Poder absolutamente frágil, e não é essa a ideia da Constituição.

Com relação ao art. 50, § 2º, inciso VI, que basicamente é o que é utilizado para o veto, preconiza que a iniciativa de leis complementares e ordinárias, privativas do governador. Segundo o inciso VI a criação e extinção de secretarias de estado e órgãos da administração pública, observado o disposto no inciso IV. Isso não é uma criação de órgãos, não é uma criação de secretarias. Nós estamos tratando apenas de criar um programa ou de falar da criação de um programa. Depois é citado o art. 71, inciso IV da Constituição. Ora, ele repete um dispositivo que foi incluído na Constituição Federal, através da chamada Emenda Constitucional 32, que criou aqui no Brasil a chamada figura do decreto autônomo. No Brasil não havia decreto autônomo. Decreto tem que estar sempre ligado a uma lei. O decreto regulamenta a lei, um decreto não pode tirar e nem criar direitos. Essa emenda Constitucional criou a figura do decreto autônomo que possibilita, então, a partir desta emenda constitucional, que o Executivo possa extinguir funções ou cargos públicos quando vagos, ou na organização da atividade do serviço público, ele pode transferir atribuição de um órgão para outro, sem precisar de lei. Até esse decreto, sempre que queríamos, por exemplo, uma atribuição que era do ministério da Agricultura para o ministério do Meio Ambiente tinha que ter uma lei, mas a partir do decreto, não precisa mais ter lei.

Mas essa prerrogativa não quer dizer que o decreto ou a lei que cria essas funções seja atribuição privativa do Executivo, apenas dá uma possibilidade que ele o faça por decreto nesses casos, mas não podemos utilizar esse instrumento para vetar a lei.

Então, acho e não quero dizer que essa matéria, deputado Silvio Dreveck, não seja evidentemente polêmica e que ela até não tenha decisões do Supremo Tribunal Federal no sentido de que possa ser vetada uma matéria dessa natureza.

Mas é preciso que o Legislativo do país - e aqui o de Santa Catarina tem que se firmar com isso -, comece a dizer ao contrário. Nós não podemos ser uma casa, um cartório de homologação. O Legislativo não pode ser um cartório de homologação para colocar carimbo nas coisas, isso aqui tem que ser uma Casa pensante, que propõe, que discute, que oferta sugestões, que proponha projetos de leis.

No caso específico aqui, como tenho apenas cinco minutos, e pretendo estender-me na argumentação em outros vetos, porque eles são assemelhados, entendo que devemos acompanhar a proposta do deputado Antônio Aguiar e votar "não" para que esses assuntos voltem a ser discutidos e quem sabe a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, quando houver uma Adin no Supremo Tribunal Federal, defenda com mais ênfase a ideia de que essas propostas são constitucionais. Temos que achar alternativas para que o Poder Legislativo não seja um mero colocador de carimbo em propostas do Executivo e criar as coisas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
Continua em discussão.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Colho o resultado.

Temos dez votos "sim", 21 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto, mas o resultado no painel não deveria ser assim, temos que apresentar os nomes de quem votou.

Está convalidado o resultado, o veto está derrubado, mas esta Presidência vai anular a

votação, porque precisamos ter o registro de quem votou.

O voto tem que ser aberto!

Esta Presidência vai anular a votação, pois não temos como recuperar os dados.

Vamos repetir a votação com o voto aberto, como manda o Regimento. Houve uma falha técnica que nós não temos como superar.

Está anulada a votação. Faremos outra.

Que fique claro que a votação que estará valendo é a votação do resultado que sairá agora. Foi anulada a votação anterior por descumprimento de uma questão regimental, por falha aqui do processamento, mas como esta é uma votação aberta temos que ter registrado quem votou.

Votaram antes 31 srs. deputados. Agora, 32 srs. deputados.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim

DEPUTADO MARIO MARCONDES	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 22 votos "não", dez votos "sim".

O exmo. sr. presidente, deputado Gelson Merisio, acatou a manifestação do deputado Gean Loureiro votando contra o veto fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim, totalizam 23 votos "não" e dez "sim".

Está derrubado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0057/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0297/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de cursos nas unidades de saúde pública e privada, para a mulher gestante, sobre atendimentos emergenciais de crianças de zero a seis anos.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Na votação anterior eu fiz o registro do meu voto como voto "não" e na tela não apareceu o meu voto. Eu só quero que fique registrado em ata. Não muda a votação, mas eu gostaria que ficasse o registro do meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro. Penso que pode ter havido uma falha no equipamento na hora de fazermos a confirmação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, apesar de eu não estar aqui o deputado Carlos Chiodini, que é o autor do projeto, até porque ele é secretário agora, mas o projeto basicamente cria um programa para as gestantes da importância do pré-natal, orienta com relação à amamentação, à vacinação, à alimentação infantil, e primeiros socorros. Enfim, é um programa que, em princípio, todos os postos de saúde deveriam fazer funcionar, fazer acontecer, até para justificar qual é o tipo de atendimento que esta sendo dado para uma gestante. O pré-natal não é meramente para o médico examinar a gestante, o bebê, e achar que isto é o suficiente.

O projeto em si é excelente, a ideia é ótima. Parece-me que é algo que está invadindo um potencial da secretaria municipal da Saúde. O trabalho dos postos de saúde é uma determinação da secretaria, dos prefeitos, e não do governo do estado.

Então, nesse sentido, parece-me que o veto cabe, sim, apesar de ser um ótimo programa, evidentemente.

Então, a nossa orientação é pelo voto "sim", pela manutenção do veto.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - As argumentações do veto do governo são as mesmas. São os arts. 32, 50 §2º, inciso IV e o art. 123.

Quero comentar que o artigo n. 123 que se utiliza aqui como mecanismo de veto, sempre. É o que dispõe que é vedado iniciar programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.

É evidente que é vedado, mas isso quando se aprova uma lei, não quer dizer que aquele programa tem que ser implantado se não tiver orçamento, pois se não houver orçamento não se pode implantar. Também não quer dizer que não se possa, no ano seguinte, injetar dinheiro no Orçamento para que aquele projeto seja implantado.

Todos esses projetos, no mérito, não me parece adequado você criar uma obrigação nessa ordem porque vai dificultar, mesmo que seja bom, mas nem sempre é adequado criar uma obrigação no mérito para o serviço.

Então, a maioria desses vetos refere-se à criação de programas. O deputado propõe um programa, ele quer dar uma ideia, é quase como se fosse uma ideia através de indicação, mas quando é indicação ninguém dá bola!

Então o deputado se acha no direito de fazer um projeto de lei, mesmo que beire à inconstitucionalidade, porque pelo menos tem que discutir. Uma vez aprovado, o governo tem que, pelo menos, discutir uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para então assim dizer que aquele projeto não vale.

Nessa linha, entendo que em todos esses projetos devemos votar contra o veto, pela derrubada, para que se abra a discussão se pode ser ou não apresentadas propostas de projetos de programas aqui através da Assembleia Legislativa.

O SR. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, naturalmente como membro da base do governo, voto pela manutenção do veto. Mas faço duas observações. Quando o veto do Poder Executivo é mantido na Casa nem tudo está perdido. Primeiramente porque até o projeto chegar aqui passou por várias comissões e, com certeza, foi proporcionado o debate sobre o tema no Parlamento. E a provocação do debate, deputado Fernando Coruja, é um dos objetivos quando um projeto tramita na Casa. Nem todos os projetos serão aprovados, aliás, a essência do Parlamento é o debate.

Em segundo lugar, o autor do projeto tem uma alternativa, que é legal e racional, que seria transformar o projeto que foi vetado pelo governo em indicação ao Poder Executivo e, com certeza, se for importante, o Executivo vai viabilizá-lo.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado Silvio Dreveck, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas. A Mensagem n. 0057/2015 com relação ao Projeto de Lei n. 0297/2011, a base de argumento do governo é a mesma: arts. 32, 50, §2º, inciso VI, alínea "a", e art. n. 123, da Constituição Estadual.

E mais uma vez: "Criação de um Programa de Governo com Interação de Vários Órgãos de Servidores do Poder Executivo. Aumentar despesas sem a devida aprovação de previsão orçamentária ou contrapartida financeira".

Deputado Fernando Coruja, admiro muito v.exa., que é um grande estudioso, um intelectual, mas v.exa., quando esteve no Parlamento Federal, poderia ter colaborado conosco, alterando a Constituição Federal, porque enquanto não houver alteração da Constituição Federal, não há como deliberarmos em favor de matérias que são

inconstitucionais. E nós estamos aqui para legislar.

É bem verdade, como diz o deputado Darci de Matos, que os projetos passam pelas comissões, mas também temos que ver como o relator encaminha esses projetos, com que argumentação, com que embasamento. E para fazer com que, na Assembleia Legislativa, todos os nossos projetos possam ser viabilizados, porque no mérito, reconheço, todos os projetos são relevantes, mas não têm amparo constitucional, e é isto que estamos debatendo, que estamos votando. Não é o mérito que estamos votando.

Portanto, a Assembleia Legislativa precisa de aporte orçamentário. Então, vamos convencer o governador a mudar a nossa Constituição Estadual, e mudar também a Constituição Federal, para que os parlamentares possam ter aporte orçamentário para fazer programas, para fazer políticas públicas aqui no Parlamento, e aí poderemos votar, sim, pela derrubada do veto.

Hoje não vejo como porque provavelmente esses projetos e vetos aqui derrubados irão para a Justiça. Nós estamos aqui para colaborar ou estamos aqui para encaminhar nossas dúvidas, na grande maioria de vetos, para o Poder Judiciário? Eu entendo que estamos aqui e somos legisladores para saber o que é constitucional e o que não é!

Portanto, mais uma vez, sr. presidente, srs. deputados, o nosso encaminhamento, o encaminhamento do governo é voto "1", pela manutenção do veto.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, o sr. deputado Gean Loureiro, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, quero, rapidamente, dizer que a participação do deputado Fernando Coruja, quando foi congressista, foi reconhecida como um dos melhores deputados federais do país. Liderou sua bancada nacionalmente e acho que a conduta de

s.exa nos orgulha. Então, inicialmente quero deixar esse depoimento.

Sr. presidente, quero, também, pedir a v.exa., para no corpo do projeto apresentar o voto dos deputados quando da apreciação dessa matéria na Casa Legislativa, no ano passado, ou seja, como foi o voto dos deputados quando aprovaram em primeiro e segundo turno essa matéria do deputado Carlos Chiodini. Só para ter entendimento se a posição continua a mesma ou se mudou. Eu não estava nesta Casa no ano passado e gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Nobre deputado, trata-se de um PL e este tipo de matéria não tem votação nominal, só a maioria aprovada, então, não há como identificar quem votou contra ou a favor. Ele foi aprovado pela maioria presente na Casa.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Não houve nenhuma manifestação naquele momento verbal contrária! Foi aprovado por maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Por maioria! Se houve manifestação ou não só buscando nas notas taquigráficas.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Só para ter conhecimento de como foi o posicionamento naquela época.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Colho resultado.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim" e doze votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0059/2015, de autoria do deputado Darci de Matos, que dispõe sobre a apresentação de sessões de cinema, de espetáculos de música, teatro e dança e de palestras literárias nas escolas estaduais do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

O sr. deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente e srs. deputados, sras. deputadas, é evidente que para deixar essa matéria mais explícita seria preciso fazer modificações na Constituição Federal. Tarefa que através de uma comissão desta Casa, um fórum parlamentar, cujo relator é o deputado Leonel Pavan, estamos trabalhando para apresentar uma emenda constitucional a partir do art. n. 60, da Constituição Brasileira, que permite que as Assembleias Legislativas apresentem emendas constitucionais. Queremos alterar inclusive a competência legislativa.

Claro que essas decisões tomadas no STF envolvendo esse assunto nem sempre são uniformes, unânimes, porque a matéria jurídica, evidentemente, gerar um debate amplo.

E aqui quero continuar enaltecendo meu posicionamento. O fato de não ter conseguido alterar, em Brasília, evidentemente, porque na Câmara Federal precisaria de 308 votos, duas vezes, e mais 49 no Senado, em dois turnos. Infelizmente, não me senti qualificado e nem a altura, não pude fazer isso lá, mas quem sabe a partir de agora possamos avançar por outro meio, e não quer dizer que não vá continuar defendendo as teses que sempre defendi no Congresso Nacional. Acho que o Parlamento não deve se curvar.

Agradecendo já as palavras do deputado Gean Loureiro, quero reforçar suas palavras, ou seja, se queremos dizer que é inconstitucional, tudo bem, vamos dizer, mas não depois de receber uma bronca do Executivo. Não depois de receber uma recomendação, vamos dizer antes, senão, daqui a pouco, tudo será inconstitucional. Tudo que votamos aqui, mesmo que não exija votação nominal, mas uma votação por maioria, porque provavelmente ninguém se manifestou contra, e que tenha passando na comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado, então, estamos dizendo que é

constitucional. Depois, vem uma recomendação fundamentada em vários dispositivos que podem ser questionados, e nós, então, dissemos que não se pode votar tal matéria porque é inconstitucional.

O Legislativo do país precisa avançar, o parlamentar tem, evidentemente, compromisso com as coisas. Ele tem deveres, mas ele acaba não tendo nenhuma responsabilidade formal com o que acontece. Por quê? Porque ele não tem poder nenhum, ele não executa, é uma coisa que você precisa resgatar neste Poder, dar a ele a responsabilidade de fazer as coisas. Nós temos que lutar para que o Parlamento ter mais responsabilidade. Estamos discursando, e as pessoas falam que estamos falando muito, mas se no Parlamento você não falar, vem para cá fazer o que? É para parlamentar, para debater, para discutir. Se o parlamentar não falar nada, você vai fazer o quê? Tem que falar, expor a ideia.

E eu vou permanecer aqui expondo as minhas ideias dia após dia. No momento em que eu tiver oportunidade de assim proceder defendendo aquilo que eu acredito, porque foi para isso que fui eleito.

Veja, eu não estou dizendo que o deputado Silvio Dreveck não teve argumentação forte. Talvez a argumentação da PGE seja mais forte do que a minha, do ponto de vista jurídico, atualmente na Constituição Federal. Não estou dizendo isso. Só acho que nós temos e devemos tomar iniciativas, mesmo que a Constituição não seja reformada. Não precisa reformar a Constituição, porque a Constituição não se reforma apenas pela mudança da lei.

Há um Constitucionalista alemão, Friedrich Muller, que fala na sociedade aberta aonde a Constituição se reforma pela interpretação que se dá a ela. Não precisa mudar a lei, não precisa mudar o texto, se você mudar a interpretação que você der a ela, você altera a Constituição.

E como é que se muda? Somos interpretes da Constituição. Os sindicatos, os professores, o povo, nós aqui também somos. Temos que dar a nossa interpretação para convencer o Supremo, que um dia

diz uma coisa; no outro dia, outra. Mesmo sendo as mesmas pessoas que estão lá, quem sabe, com as mudanças, possam dizer outra coisa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Antes de prosseguir, deputado Silvio Dreveck, permitam-me fazer duas colocações que me parecem pertinentes para o momento.

Em primeiro lugar, há previsão constitucional em aprovarmos matérias, que devem ser submetidas ao crivo do Executivo, que tem o poder de veto, e essas matérias retornarem para votar a sua manutenção do veto ou não é constitucional e um rito absolutamente normal, que deve ser entendido como tal.

Para esta revisão, com pareceres do Executivo, com a visão do Executivo, é que se instituiu a segunda votação na Casa e é absolutamente normal o deputado que votou de uma forma, votar de outra, levando em conta argumentos que ele não tinha quando a matéria tramitou nesta Casa.

Em segundo lugar, quero deixar claro, e me parece que foi infeliz a colocação do deputado Fernando Coruja, não há aqui bronca do Executivo com relação a nenhum deputado, nós temos autonomia absoluta na votação e não há nenhum deputado aqui submisso à vontade do Executivo.

Apenas para deixar registrado, eu sei que não foi intenção de v.exa., mas é bom que fique claro isso, a menos ao que me diz respeito não recebi bronca de ninguém e também já não tenho mais idade para receber bronca. Mas tenho certeza de que não foi intenção de v.exa. essa colocação e por isso está retirada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero neste momento externar dois

aspectos com relação ao projeto e ao debate estabelecido nesta sessão. Primeiramente, com relação ao projeto, não há dúvida alguma de que temos a tarefa de levar um pouco mais de cultura as nossas escolas estaduais, por meio de palestras literárias, peças teatrais, música, dança e etc., mas mais do que isso, sr. presidente, não há dúvida alguma de que nós temos que tornar as nossas escolas um pouco mais atrativas para que os nossos adolescentes e jovens tenham prazer de estar na escola.

Dito isso, sr. presidente, quero dizer que parte do objetivo do meu projeto foi cumprido porque fizemos o debate sobre esse tema nas comissões e aqui no Parlamento. Portanto, vou transformar o meu projeto numa indicação ao Poder Executivo.

Agora, a segunda observação, sr. presidente, conversava com o deputado Marcos Vieira, há pouco, e é notório, todos nós temos conhecimento, deputado Fernando Coruja, que as limitações de prerrogativas do parlamentar é dada pela Constituição Federal de forma concorrente com a Constituição Estadual, e aí o deputado Marcos Vieira me dava um exemplo. Nós podemos, em Brasília, em se tratando da Constituição Federal, sugerir, influenciar, mas não podemos mudar. Em relação à Constituição Estadual, temos, como, por exemplo, bem sugeriu o deputado Marcos Vieira, que é um estudioso da área, o Orçamento Regionalizado Impositivo, que depois de aprovado, estaremos ampliando as prerrogativas dos parlamentares.

Encerro, sr. presidente, dizendo, e já falei na comissão de Finanças e Tributação, que não consigo entender o rito do Parlamento Catarinense, que é exatamente ao contrário, deputado João Amin, do rito da Câmara dos Deputados. Por exemplo, na Câmara dos Deputados quando o deputado dá entrada num projeto de lei, ele é debatido primeiramente em todas as comissões de mérito, quer dizer, estamos deputado, Fernando Coruja, garantindo o grande debate no Brasil sobre tal tema, e a última comissão, a de Constituição e Justiça, é que vai

estudar e analisar a fundamentação legal de tal projeto.

No Parlamento Catarinense nós corremos o risco, e isso acontece muito rotineiramente, de cercearmos o debate. Por quê? Porque na primeira comissão, que é a de Constituição e Justiça, friamente, ao pé da letra, rigorosamente corremos o risco de arquivar um projeto com razão, com racionalidade, com fundamento legal e castrando a possibilidade do grande debate daquele tema nas comissões de mérito, porque o projeto já não vai mais para as comissões de mérito.

Deixo aqui esta observação e, quem sabe, possamos estudar e tomar alguma providência com relação, pelo menos, garantirmos o grande debate dos grandes temas que são levantados nesta Casa e que muitas vezes são arquivados já na primeira comissão, de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Obrigado, sr. presidente! Primeiramente quero cumprimentar o deputado autor, que o retirou. Mas a questão toda, ressaltadas as observações que o deputado Fernando Coruja fez, é que o Parlamento, os seus membros, os deputados, que dizer, nós buscamos notoriedade nas nossas atividades e cada um quer mostrar um pouco mais o que faz. E dentro do Parlamento, podemos fazer projetos, indicações, requerimentos, moções, mas até hoje não vi ninguém destacar-se com alguma indicação, com alguma moção, com algum requerimento ou algum pedido diferente. Quer dizer, o que destaca o deputado é a apresentação de projeto.

Então, acho que a questão é que cada um de nós quer apresentar um número de projetos que através

da publicidade da Casa, etc., nos dê notoriedade no estado como atividade.

Quer dizer, o deputado autor do projeto retira o projeto porque esta aqui é uma atividade diferente da anterior, que nós analisamos, do deputado Carlos Chiodini, que é uma atividade que seria feita pelos postos de saúde. E aí, se nós fizéssemos uma lei dessas, nós estaríamos interferindo no poder do prefeito.

Este aqui é uma atividade do governo do estado, da secretaria da Educação ou de outras secretarias, que poderiam usar os equipamentos da secretaria da Educação e aplicar esta grande ideia, essa boa ideia, essa ótima ideia, que vem complementar a educação dos nossos jovens através de filmes, do teatro, da música, enfim, ações boas assim, que nós podemos fazer.

Ocorre que isto é uma bela indicação, mas não uma forma de projeto. Então, neste sentido, eu falo aqui como líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, e nesse sentido o PSDB vota "sim", ou seja, vota a favor do veto por que isso merece ser uma grande indicação, está bem esmiuçado como o Executivo pode executar através da Secretaria da Educação, por exemplo.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Rapidamente, sr. presidente, é que eu fiquei em dúvida, e o deputado Darci de Matos, que tem interesse no veto, não fez o encaminhamento do voto. Eu gostaria de saber qual é o encaminhamento do voto do deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Deputado Marcos Vieira, percebi perfeitamente a intenção de v.exa. e vou responder.

O eminente deputado Serafim Venzon, sempre muito claro nas suas exposições, lamentavelmente, se confundiu ao final do seu pronunciamento quando afirmou categoricamente, nesta tribuna, sem a minha autorização, que eu havia retirado o projeto. Não é verdade!

Naturalmente, não poderia ser diferente, deputado Marcos Vieira, eu voto favorável ao projeto, mas externei nesta tribuna que me satisfaço com a derrubada, se acontecer, do veto, e vou transformar o meu projeto em uma indicação, o que significa que a minha ideia não morreu. O Executivo poderá e certamente deverá implantar o programa no âmbito do governo do estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Só para esclarecer a situação, não cabe, regimentalmente, retirada de projeto de votação em função de mudança de opinião, mesmo do autor. É matéria aprovada, e ela vai ser votada. O que o deputado Darci de Matos encaminhou é que vai transformar em indicação, caso o veto seja mantido.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Valduga, para encaminhamento de votação.

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Sr. Presidente, quero, primeiramente, parabenizar o deputado pela iniciativa, até porque nas escolas da rede estadual hoje isso já acontece. E o projeto de lei não vai legislar sobre a questão da matéria financeira, até porque tem lá um parágrafo que diz que poderá. Ou seja, o poderá, não necessariamente vai ser. Então, eu não vejo a questão da inconstitucionalidade.

Mas gostaria de dizer, deputado, que v.exa. está de parabéns, acho que foi uma boa iniciativa, e caso seja derrubado e veto, enfim, acho que esta

proposição, sem dúvida nenhuma, vai ser muito importante para as escolas da rede estadual.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero aqui só orientar a bancada do PSDB, até com a concordância do deputado Darci de Matos, pela votação da manutenção do veto. Até porque no entendimento do parecer, quando você diz poderá, se a ação acontecer vai gerar despesa. Por isso, a razão, então, da manutenção do veto, e por uma questão constitucional respeitar o argumento, e também a colocação do líder do governo. Então, voto "1", a bancada do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está aberta a votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim

DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 21 votos "sim", 13 votos "não".

Está mantido o veto.

Mesmo assim, com treze votos contra o autor da matéria, o que dá conta, claramente, de que havia muito interesse que ela fosse mantida.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0060/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0444/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro por parte dos hospitais públicos e privados no estado de Santa Catarina, dos recém-nascidos com Síndrome de Down e de sua imediata comunicação às instituições, entidades e associações especializadas que desenvolveram atividades voltadas às pessoas com deficiência.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Entendo, deputado José Milton Scheffer, que essa é uma prerrogativa que quebra um direito constitucional da pessoa e da família em ter um sigilo da informação. Por isso, visto por esta ótica, parece-me que é um projeto que cabe o veto. Nem entrei no mérito matéria, vendo como pai de quem tem um filho especial é uma prerrogativa do

pai, da família, dar publicidade ou não. Quando você autoriza por lei o hospital fazer, você está tirando o direito constitucional da família, no caso o pai e a mãe, decidir se querem ou não dar publicidade a tal fato.

Em discussão.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO José Milton Scheffer - o projeto na verdade não vai dar publicidade ao fato, mas sim preparar a rede de maternidades para dar uma orientação aos pais. Há muitas crianças com Síndrome de Down e os pais não sabem o fazer e os médicos não estão preparados. Isso tem sido um grande acidente na vida de pessoas, mas se tiverem um acompanhamento nas fases iniciais, essas crianças podem tornar-se adultos independentes. Não é tornar público que nasceu uma criança com Síndrome de Down ou com essa ou com aquela deficiência.

Mas gostaria de dar mais uma avaliada nesse veto e pedir para que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Será retirado da pauta, mas apenas para deixar claro, o projeto prevê a imediata comunicação às instituições, entidades e associações especializadas. É claro que o projeto prevê, sim, a divulgação da pessoa com determinada doença.

Está retirado de pauta o projeto.

Discussão e votação em turno único a Mensagem n. 0061/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0122/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui a Política Estadual para o Sistema Integrado de Informação de Violência Contra a Mulher no estado de Santa Catarina, denominado Observatório da Violência Contra a Mulher-SC

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA NA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, milhares de mulheres do nosso estado romperam a dor, o silêncio e pediram socorro ao poder público, cientes, claro, de seus direitos, principalmente no que diz respeito à Lei Maria da Penha. O nosso objetivo é criar uma política estadual para o Sistema Integrado de Informações de Violência Contra as Mulheres. Com isso, teremos dados reais no estado de Santa Catarina, para daí, sim, construirmos as políticas públicas para fazer esse enfrentamento.

Esse sistema de informação, que é o Observatório da Violência contra a Mulher, deverá integrar os órgãos de segurança, o Tribunal de Justiça, a secretaria de estado da Saúde e Assistência Social e também da Educação. O nosso projeto, das deputadas desta Casa, mas principalmente das mulheres que estão neste momento acompanhando a votação e que participaram na construção, foi aprovado em dezembro do ano passado.

E, hoje, deputada Dirce Heiderscheidt, a senhora que é a coordenadora da nossa bancada, está aqui presente a sra. Célia Fernandes, nomeada pelo governador do estado a coordenadora estadual da Mulher; a sra. Jurema, da BPW; o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas Juci Tomaz; o Conselho Estadual da Mulher, pela presidente Sheila Sabag; a Casa da Mulher Catarina, representada pela Vera Fermiano; a comissão da Mulher Advogada, pela dra. Kellen Queiroz; o Instituto de Estudo de Gênero, da UFSC,

sra. Carmem Ramos; a União Brasileira de Mulheres, Simone Colatto; a coordenadoria municipal da Mulher de Florianópolis, representada pela sra. Dalva Kaiser; a Amuc - Associação de Mulheres Portadoras de Câncer-; e também a sra. Antônio, que é do Movimento Violência Contra a Mulher, de São José; e sra. Rosimere da Luz, que perdeu uma filha no ano de 2011 e está aqui presente nesta luta.

Então, srs. deputados, conversamos individualmente e acho que o nosso voto no dia de hoje é pela derrubada do veto, pois discutimos longamente esse projeto em várias comissões que passaram, e está mais do que provado que as nossas mulheres são assassinadas, estupradas, agredidas pelo fato simplesmente de ser mulher e, em função, do poder público não realizar com efetividade o seu papel. Por isso, precisamos do observatório.

Portanto, é necessário urgente que o estado dê segurança para a vida das mulheres na comunidade, nas suas casas, também no trabalho e no lar. Então, é obrigação do estado proteger, sim, as nossas mulheres e em as protegendo nós vamos proteger toda a sociedade e saímos da vergonhosa marca do estado de Santa Catarina de ser o terceiro estado mais violento para as mulheres.

Então, peço a derrubada do veto.

Muito obrigada!

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra, pela ordem, a deputada Dirce Heiderscheidt, para declaração de voto.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Sr. presidente, venho me juntar à fala da deputada Ana Paula Lima, a deputada Luciane Carminatti e também sendo a voz, neste momento, como coordenadora da bancada, da nossa presidente do conselho, da nossa coordenadora da Mulher de Santa Catarina, a Célia, e pedir a sensibilidade de cada um de vocês parlamentares que se encontram nesta Casa, e que tem direito a voto.

Eu que recentemente corri todo o estado de Santa Catarina fazendo audiências públicas justamente tratando desse tema sobre a violência da mulher em Santa Catarina.

Por isso, eu peço, hoje, o apoio de cada um de vocês no sentido de nós votarmos pela derrubada desse veto.

Muito obrigada!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputada Dirce Heiderscheidt.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, deputada Dirce Heiderscheidt, deputada Ana Paula Lima, autora do projeto, e a todos os servidores do Poder Judiciário que se encontram aqui.

Eu quero registrar em primeiro lugar que nós temos 90.321 mulheres que registraram boletim de ocorrência; 43.809 por violência doméstica; 340 homicídios em Santa Catarina; 6.910 lesões corporais; e 614 estupros.

Então, quero, em nome de todas as mulheres de Santa Catarina, pedir a derrubada do veto, porque esse projeto significa dar e trazer a identidade dessas mulheres, conhecer quem são essas mulheres e a partir da análise de estudo integrar informações, integrar os órgãos responsáveis e construir políticas públicas mais eficazes. Pois, se eu não conheço os dados, se eu não conheço a realidade, eu não trabalho sobre ela. Acredito que o combate à violência doméstica não é tarefa apenas das mulheres, é tarefa de homens e de mulheres que querem uma sociedade saudável.

Por isso, voto pela derrubada do veto, voto "2".

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, certamente o projeto da deputada Ana Paula Lima, serve para discutirmos algumas coisas, principalmente com relação ao Orçamento. Se nós observarmos a vinculação de receita com políticas públicas, somente na Educação, não existia a vinculação da receita, agora, já faz muitos anos, existe a vinculação.

Na saúde, a vinculação da Receita com a saúde é bem mais recente. E lembro-me quando foi votado isso, essa obrigatoriedade do governo do estado em investir 12% na Educação, e 15% aos municípios.

E na ação social? Qual é a ação do governo, a ação mais importante senão a promoção à convivência social? Como promover a convivência social se não existe nenhuma obrigatoriedade na questão social da criança, da mulher, do adolescente, da mulher maltratada, da família, do idoso?

O governo não é obrigado. Lá no Congresso Nacional há um projeto de lei que obrigaria ou que vincularia então 5% de todos os recursos da União a ações sociais, e essa aqui é uma delas.

Aqui no estado fui secretário de estado e tentei articular para criar uma vinculação de receita, de 2% a 3%, do nosso Orçamento, para que pudéssemos investir nessas áreas sociais, mas parece-me que não dá voto isso. Como na Saúde, não dá, na Educação também não. Não tanto quanto em estradas, pontes, escolas, num hospital, mas em ações voltadas à saúde, não dá. E aqui nas ações sociais como essa da violência contra as mulheres, se o projeto é constitucional ou não aqui não importa, o PSDB vai votar favorável à ideia, a uma corrente que nós precisamos criar em Santa Catarina e, certamente nos outros estados, até para votar nos estados e também na União, uma vinculação de recursos para essas políticas públicas da mulher, da criança, do adolescente e dos idosos porque, infelizmente, todos sempre ouvimos a necessidade de investimentos nesta área,

mas nunca se transforma em obrigatoriedade para o Executivo para investir nesta área.

Então, parabéns deputada Ana Paula Lima, nós votaremos a favor do projeto, votaremos "2", para que implantemos estas políticas públicas sociais que são muito importantes.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, é evidente que no mérito esse projeto apresentado pela deputada Ana Paula Lima e apoiado por outras deputadas desta Casa ninguém pode ser contra. É um projeto que tem uma preocupação com um assunto fundamental no país que é a violência doméstica, a violência contra a mulher. No mérito, evidentemente, somos a favor.

Aqui discutimos a constitucionalidade.

Chamo a atenção para duas coisas. Quando se fala em fortalecimento do Poder Legislativo é preciso, evidentemente, a colaboração do Poder Executivo.

Vamos discutir o veto de um projeto desta Casa que obrigava o Executivo a executar o teste da linguinha. Foi aprovado aqui e foi para o Executivo e ele vetou.

Lá no Congresso Nacional, um ex-deputado estadual desta Casa, Onofre Santo Agostini, apresentou o mesmo projeto. E foi considerado constitucional e a presidenta Dilma Rousseff sancionou o projeto em 2014.

Então, vejam que lá no Congresso Nacional, com esta Constituição, o mesmo projeto que aqui foi considerado inconstitucional, lá foi sancionado. O projeto que trata de que o Executivo tem que fornecer essas fitas para diabéticos, para a hemoglicoteste, insulina, foi um projeto de origem parlamentar no Congresso, eu fui o relator, e foi aprovado, sancionado e está beneficiando todo mundo. O presidente era o Lula, se não me engano.

Então, é preciso que esse processo envolva as duas questões. Não basta apenas o Executivo dizer que é inconstitucional.

E quero lembrar que a Constituição de 1988 dizia que qualquer atribuição dos ministérios tinha que ser de iniciativa do Poder Executivo, essa era a inicial. A Emenda n. 32 tirou isso, não precisa mais lei, e possibilitou que as atribuições do ministério, quando não envolvem o gasto de dinheiro, sejam feitas por decreto. Mas as atribuições que envolvem despesas, apenas através de lei, não há mais na Constituição uma iniciativa exclusiva do presidente da República. Então, ao modificar, ficou um vácuo jurídico que, no nosso entendimento, permite que os deputados apresentem projetos dessa ordem. Então, é essa a discussão que queremos.

Eu gostaria de dizer ao deputado Gelson Merisio que, evidentemente, quando me manifestei, não estava procurando diminuir o papel desta Casa, estou procurando aumentar o papel da Casa e, se me expressei mal, peço desculpas aos companheiros deputados, mas a ideia é fortalecer um processo legislativo a partir dos deputados.

Logo a seguir vamos ter esse projeto da linguinha aprovado e ver como existe, no caso específico, uma dissonância entre o posicionamento do Poder Executivo federal e estadual.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, o sr. deputado Dirceu Dresch, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero discutir o projeto da deputada Ana Paula Lima, mas antes disso quero fazer o registro, sr. presidente, que talvez hoje tenhamos uma das maiores assembleias dos trabalhadores do Poder Judiciário que aconteceu em Santa Catarina. Estima-se que teremos 60% dos trabalhadores do Judiciário do estado presentes nesta assembleia.

(Manifestações das galerias)

Então, os grevistas estão dirigindo-se para esta Casa para pedir o nosso apoio. Nós temos o Projeto n. 005 tramitando, que pela manhã foi debatido na comissão de Finanças e Tributação, e que não contempla a categoria.

Então, existe o apelo, deputado Silvio Dreveck, que é líder do governo, para discutir o projeto. Este Parlamento não quer e não vai interferir no Poder Judiciário, mas pode fazer a sua parte e intermediar um processo de diálogo com a categoria que não se sente contemplada no Projeto n. 005, era isto que eu queria observar.

E na questão do projeto da deputada Ana Paula Lima, e como presidente da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, não temos dúvida da importância deste projeto, e gostaria de conclamar os nossos pares para acompanhar a derrubada do veto, porque precisamos dessa política para o respeito e o direito humano das mulheres de Santa Catarina que estão sofrendo tanto, estão ocorrendo muitas mortes.

Então, este projeto vem contribuir e muito para construir uma rede contra a violência sofrida pelas mulheres.

Muito obrigado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, apenas quero dizer que vejo a importância desse projeto, e também como falou o deputado Serafim Venzon, é mais um passo no combate à violência contra a mulher porque o problema da violência contra a mulher não está na mulher, está no homem.

(Manifestações das galerias)

E nesses 30 anos de atividade policial, acompanhando essa questão da violência, acompanhei a criação das Delegacias de Proteção à Mulher no Estado de Santa Catarina, e acredito que tem que,

a exemplo desse projeto, temos que ter outros, uma mudança na legislação, ou uma audiência imediata tão logo um fato desse seja comunicado, um contato com psicólogos para se tentar reverter a situação. Porque são os crimes mais violentos, são crimes que escondem o corpo, que colocam o corpo em uma mala, são crimes realmente de muita violência.

Só não dá para iludir quem está aqui com cartazes achando que a partir da votação deste projeto, acabou o problema.

Então, há pessoas votando o projeto como se quem estiver a favor vai ajudar a acabar com a violência da mulher e quem está contra não acaba com a violência. Não é assim, é só mais um passo importante. Então, que não se crie uma falsa expectativa, que se este projeto estivesse em vigor talvez a filha daquela senhora tivesse sido salva. Talvez, sim, se tivesse tido uma ação de tão logo comunicada a primeira agressão, o primeiro ato de violência, medidas realmente tivessem sido adotadas, porque o crime contra a mulher é diferente: muitas vezes é um cidadão que aparenta tranquilidade, convive bem com as pessoas, mas dentro de casa há o sentimento de posse, de ciúme, de violência o que transforma aquele cidadão.

Então, é mais um passo importante, mas não é um milagre que vai combater esse tipo de violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, gostaria de fazer um registro em relação ao meu voto, que foi "não", voto dois. E faço uma homenagem à jovem Viviam Felipe, que foi no final do mês passado estuprada e assassinada na cidade de Içara, um crime muito brutal.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Só quero fazer uma orientação de votação, para que v.exas. não se enganem, o voto é "2", srs. deputados.

O Sr. deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, até pela posição do líder do governo de liberação das bancadas pela conversa que foi feita com o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, gostaria também de liberar e orientar a bancada do PSD a votar "2".

O SR. PRESIDIENTE (Deputado Aldo Schneider) - A votação será nominal, através do painel eletrônico.

O Sr. deputado Cesar Valduga - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação o sr. deputado Cesar Valduga.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, da mesma forma a bancada do PCdoB vota "2", voto "não".

Mas gostaria de conclamar o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, diante do Projeto de Lei 005, pois é um projeto com um peso e duas medidas, ou seja, valoriza alguns trabalhadores que são técnicos e outros não e os assessores dos juízes. Ao mesmo tempo esse aumento, esse reajuste, soma mais de R\$ 20 milhões, ou seja, com isso, sem dúvida nenhuma dá para dar um percentual de aumento a toda categoria de 7%.

(Manifestações das galerias)

Então, neste sentido, defendo um plano de cargos e salários, porque é justa a luta desses trabalhadores e que essa conclamação seja feita ao presidente do Tribunal de Justiça para que se busque o diálogo, o entendimento dessa categoria que contribui muito para a Justiça no estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	não
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MARIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não

DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 33 votos "não", nenhum voto "sim" e nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto.

O sr. deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, a pedido do deputado Darci de Matos, que teve que se ausentar do plenário, gostaria que v.exa. consultasse os líderes sobre a possibilidade da retirada do veto ao PL 0087/2011 da pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Está retirado, sr. deputado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, servidores do Poder Judiciário, acolhemos a justa reivindicação dos trabalhadores, inclusive como membro da comissão de Constituição e Justiça apresentamos uma emenda substitutiva ao projeto, estendendo a gratificação a todos os portadores de diploma de curso de nível superior.

Porque eu entendo que a qualidade do trabalho, ela ...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito silêncio nas galerias, para que a deputada Luciane Carminatti possa terminar a sua declaração.

Gostaria também de solicitar aos srs. deputados e as sras. deputadas, nós temos mais vetos para serem votados e estamos fugindo daquilo que está acordado.

Depois do veto, temos ainda a Ordem do Dia, temos as Explicações Pessoais, e aí poderemos discutir a questão do Judiciário, do Magistério. Enfim, agora temos que prosseguir com a nossa pauta de vetos.

Para concluir, com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti, e depois, vamos iniciar a discussão da Mensagem n. 0063/2015.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Então, na comissão de Constituição e Justiça fizemos a tentativa de rejeitar todo o PLC n. 0005, conforme a solicitação dos servidores.

Porém, nosso pedido foi rejeitado é por isso que ele continua tramitando e nós estamos aqui, de público, dizendo que é necessário o Poder Judiciário reabrir as negociações, porque não é justo numa democracia que nós tenhamos uma casta com altos salários e os servidores do Poder Judiciário com baixos salários.

Então, quero manifestar-me dizendo que estamos imbuídos, inclusive, fizemos uma indicação apresentada aqui no Plenário pedindo a reabertura das negociações com data do dia 15 de abril, ainda.

E dizer que estamos juntos nessa luta, srs. servidores.

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0063/2015, que dispõe veto total ao projeto de Lei n. 0014/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que dispõe obre a realização de exames oftalmológicos e otorrinolaringológicos em alunos da rede estadual de ensino, e adota outras providências.

Em discussão.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, srs. deputado e sras. deputadas, O projeto também está vetado com base nos arts. 32, 50, §2º, inciso VI e 71, inciso IV alínea "a" da Constituição Estadual.

Portanto, sr. presidente, ele é inconstitucional e não há como deliberar pela derrubada deste veto.

Portanto, o encaminhamento é voto "1", pela manutenção do veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Antonio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antonio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - O encaminhamento é voto "1", pela manutenção do veto, sr. presidente.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

Solicito os srs. líderes se podemos abrir o painel para iniciarmos a votação. Por favor, podem abrir o painel para os srs. deputados procederem a votação.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - sr. presidente, o PSDB encaminha o voto "1".

Ou seja, vota pela manutenção o veto e entende, na verdade, que a comissão de Justiça dessa Casa teria que ter a habilidade, também política, evidentemente, para dar o encaminhamento

correto às sugestões dadas pelos deputados, muitas vezes em forma de projetos, mas que teriam que ter as articulações para dar outro encaminhamento.

A ideia, a sugestão do ex-deputado Amauri Soares é boa, é ótima, porque no fundo, no fundo, todas as crianças passam por certa avaliação por parte das professoras e tal, mas não por parte do médico em si.

Quer dizer, o ideal seria que o oftalmologista e o otorrinolaringologista examinassem todas as crianças das escolas públicas.

Evidentemente que isso tem que ser uma ação da própria secretaria e usar o Orçamento da secretaria da Educação. Por isso que é uma grande indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) -

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	

DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 21 votos "sim", cinco votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, v.exa. encerrou a votação antes que eu votasse!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - V.Exa. pode declarar o seu voto.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu já manifestei, e quero que conste em ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Perfeito!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0064/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0343/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a Campanha de Inserção do Surdo e sua Família, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pedimos aos srs. deputados o voto "2".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito aos srs. líderes se podemos abrir o painel para votação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado .

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, o projeto também está vetado por haver a interferência de incompetência legislativa, e determina o Executivo, portanto, o afrontando ao princípio da independência, com fundamentos nos arts. 32 e 50, § 2º, inciso III da Constituição Estadual.

Portanto, o encaminhamento do governo é voto "1", sr. presidente.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - O projeto do deputado Antônio Aguiar é importante para uma reflexão. Existe na secretaria da Educação, ou seja, a educação especial. Essa educação especial acontece nas Apaes, nos Saedes, nas próprias

escolas, em todos os colégios estaduais e municipais também.

Bom, existe uma determinação do governo de enxugar a máquina, de diminuir um pouco a despesa. Eu tenho a impressão às vezes de que existe algum adversário oculto dentro da secretaria da Educação que aproveita a ocasião para fazer algumas safadezas com o governador, por exemplo, a educação especial é muito importante? É. Precisa de programas como este do deputado Antônio Aguiar, ótimo.

O secretário da Educação e a Casa Civil cortaram o integrador de educação especial das SDRs em Jaraguá do Sul, deputado Dr. Vicente Caropreso, em Canoinhas, em Concórdia, em Caçador. Na maioria dessas SDRs a secretaria da Educação cortou o integrador da educação especial.

Ora, eu acredito que essa ação do deputado Antônio Aguiar, como outra ação em relação aos autistas que o governo do estado deve fazer cabe à secretaria da Educação. Agora, de um lado, vemos o deputado apresentando um projeto que até inconstitucional, pode até ser, mas, do outro lado, vemos a secretaria da Educação cortando o integrador da educação especial!

Estou dizendo isso, deputado líder Aldo Schneider, porque eu também me considero governo, apoio as ações do governador e gosto do governador e já fui até a secretaria da Educação com o Luciano, na Casa Civil reclamar dessa atitude de cortar o integrador de educação especial das SDRs. Agora como é que vamos votar contra o projeto do deputado Antônio Aguiar?

Então, eu diria assim: inconstitucionalmente voto pelo número "1" para ver se o secretário de Educação mude de atitude e implante nas SDRS o integrador da educação especial.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Antes, se v.exas. me permitirem, gostaria de perguntar aos srs. deputados e às srs. deputadas se já exerceram o seu direito de voto?

O sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu só queria fazer uma proposta, até porque tenho dois vetos, eu estava falando para o deputado Antônio Aguiar, esse é um projeto interessante, mas nós não temos mais número para derrubar veto. São 24 deputados que votaram até agora.

Então, queria propor, sr. presidente, até porque são discussões muito importantes que nós temos, inclusive esta própria agora, que nós pudéssemos encerrar a votação dos vetos, retirar a votação dos vetos, para que pudéssemos ter, num outro momento, um quorum qualificado para termos a condição de discutir e tentar derrubar alguns vetos, que achamos que é importante.

Então, eu gostaria de propor isso, até porque nós temos outras coisas para discutir, no meio da discussão dos vetos teve, até em respeito aos funcionários que estão aqui, mas acho que se nós tivéssemos retirado os vetos e dado oportunidade para serem ouvidos, seria muito melhor.

Então, a minha proposta é que terminemos agora a votação dos vetos e se coloque para a próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu consulto os srs. líderes com relação aos vetos futuros, mas este veto que nós estamos votando, no momento de votação, não tenho como retirar mais.

A partir deste, nós podemos passar os próximos vetos para a próxima sessão, na próxima terça-feira.

Consulto os srs. líderes se concordam?

(As lideranças aquiescem.)

O srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos nove votos "sim" e 17 votos "não".

Está mantido o veto.

Acatando a sugestão do eminente deputado Kennedy Nunes e com a concordância dos srs. líderes, finda a pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não derrubaram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Não, está mantido o veto.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Gostaríamos de agradecer aos srs. deputados pela derrubada da veto do Observatório da Violência da Mulher, e também queremos registramos aqui a nossa solidariedade com os servidores do Judiciário Catarinense. Nós somos contra a forma como está o Projeto de Lei n. 0005, e o que o Tribunal de Justiça tem que mandar para esta Casa é o Plano de Cargos e Salários dos Servidores há muito tempo lotado.

Era isto o que queria colocar, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Srs. deputados, vamos suspender a sessão por até dez minutos, atendendo ao requerimento que está sobre a mesa, assinado por diversos líderes, para ouvirmos o sr. prefeito municipal de Capinzal, sr. Andevir Isganzella; a sra. diretora da Escola de Educação Básica Máter Dolorum, de Capinzal, sra. Giana Martins; e o sr. prefeito de Zortéa, Paulo Francheski.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos às Explicações Pessoais.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu conversava com servidores do Poder Judiciário, e em função da gravidade desse projeto de lei de cargos e carreira, que há mais de seis anos é esperado pelos servidores, nós vamos propor a realização de uma audiência pública e convocar o Tribunal de Justiça para que ele venha dialogar

com os servidores aqui no Poder Legislativo, uma vez que esse projeto está na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, o primeiro orador inscrito, deputado Rodrigo Minotto, por até cinco minutos, conforme foi acordado anteriormente.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, quero aqui cumprimentar e agradecer a presença do prefeito do município de Otacílio Costa, nosso amigo e companheiro, sr. Tio Ligas, sendo que amanhã o governador do estado estará lá assinando um convênio com o município na ordem de R\$ 19 milhões para a execução da ETE.

Também quero cumprimentar todos os servidores da Justiça que se encontram aqui presentes. Eu, como advogado, sou testemunha do belo trabalho de vocês, da dedicação e do empenho de todos. E quero dizer a todos que estamos juntos nessa luta na defesa da garantia dos seus direitos.

(Palmas das galerias)

Quero aqui prestar uma homenagem ao Dia do Trabalhador, em nome do meu partido, em nome de todos os companheiros do PDT do estado de Santa Catarina e trago aqui essa mensagem.

(Passa a ler.)

"O dia do trabalho, criado em Paris, na França, em 1889, é uma data comemorativa e de celebração das conquistas dos trabalhadores, como homenagem às lutas sindicais conhecidas como a Revolta de *Haymarket*, em Chicago.

Ao longo de sua trajetória histórica espalhou-se mundo afora e hoje é comemorado em centenas de países, dentre eles Portugal, Rússia, Canadá, França, Espanha, Estados Unidos e Japão.

No Brasil o dia 1º de maio foi declarado feriado nacional pelo presidente Artur Bernardes em 1925 e se consolidou na era Vargas, especialmente porque o país entrava na industrialização. Os movimentos sindicais começavam a se organizar, por conta da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promulgada por Getúlio Vargas e pela criação do ministério do Trabalho.

O mundo do trabalho impacta diretamente sobre a economia global e os movimentos dos trabalhadores se fortificam, porque para onde vai o capital produtivo o trabalho vai atrás gerando novas classes de trabalhadores com ganhos políticos e sociais, novas oportunidades de empregos e condições de trabalho decente.

No contexto do mundo globalizado, enquanto ocorrem demissões em massa na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil vem-se mantendo os empregos e em Santa Catarina o cenário aponta para 53.887 novas vagas de trabalho com carteira assinada em 2014. E o estado vem liderando a geração de empregos nos últimos três meses de acordo como o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged).

O saldo positivo de empregos mostra, sr. presidente, a robustez e o vigor de nossa indústria de Santa Catarina, mas, sobretudo, a força do trabalhador e a qualidade dos serviços por ele executado.

O meu partido, o PDT, herdeiro do trabalhismo histórico de Getúlio Vargas e de João Goulart, na vanguarda das lutas pelos direitos de trabalhadores e trabalhadoras, tem no ministério do Trabalho e Emprego o sr. ministro Manoel Dias, um exemplo de coerência política e espírito público, que muito nos honra e nos orgulha.

A sua competente gestão no MTE sob um novo paradigma de resgate do protagonismo histórico daquele ministério é emblemático no compromisso inalienável com o diálogo social entre trabalhadores e empregadores, com a melhoria dos equipamentos de trabalho como os Sines e as Superintendências Regionais dos Trabalhos por todo o nosso Brasil. A modernização dos mecanismos de fiscalização e monitoramento, a implantação da Carteira Digital, o Cartão Eletrônico do Serviço de Biometria no Seguro-Desemprego, a criação das Estações de Trabalho e do Portal Mais Emprego, para dar qualidade e celeridade aos serviços oferecidos aos trabalhadores, mas, representa, sobretudo, o seu compromisso inquestionável com a defesa dos direitos dos trabalhadores e a sua

inclusão produtiva e social como sujeitos emancipadores do presente e do futuro.

Neste dia especial queremos parabenizar os trabalhos e as trabalhadoras catarinenses e partilhar com eles suas lutas.

O nosso mandato se constitui em instrumento de dialogo social entre trabalhadores e empregadores, de mediação de conflitos, de construção de ideias e de consensos, de defesa dos direitos sociais e trabalhistas na perspectiva de um desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo e socialmente justo.

Parabéns a todos os trabalhadores e trabalhadoras, e aos servidores do nosso estado de Santa Catarina."

Muito Obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Parabéns deputado Rodrigo Minotto, por seu belíssimo discurso em favor dos nossos trabalhadores e trabalhadoras catarinenses e brasileiras.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, plateia que nos assiste, é importante sempre que haja o diálogo. Essa Assembleia faz parte deste diálogo dos srs. que realmente pretendem manter este diálogo com o Tribunal de Justiça. A Assembleia é o elo entre o Tribunal e vocês.

(Passa a ler.)

"No dia 08 de maio, na sexta-feira desta semana, a Assembleia Legislativa vai receber a sessão da câmara itinerante para discutir a revisão do Pacto Federativo e a Reforma Política. A agenda está confirmada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que já vem desenvolvendo uma série de reuniões nos estados, entre elas, em Campo Grande, Cuiabá e Belém.

Aqui na Casa as tratativas já estão em andamento com a Presidência. Fui informado pela Assessoria que o deputado Rogério Peninha Mendonça

está encaminhando contatos para confirmar a agenda de Eduardo Cunha e dos demais deputados federais do nosso estado.

Trata-se de uma atividade externa da Câmara que busca a integração dos Legislativos Estaduais para colher contribuições, propostas que possam enriquecer o debate sobre os temas tão relevantes e almejados pela nossa sociedade brasileira.

O projeto Câmara Itinerante serve para aproximar o Legislativo Federal dos anseios locais nas diversas regiões do país e para levar esclarecimentos a respeito dos andamentos dos trabalhos em Brasília. A questão do Pacto Federativo tem sido bastante debatida em nossa Assembleia, assunto também recorrente nas câmaras municipais, pois todos nós sabemos que temos um modelo concentrador, onde a maior parcela do bolo tributário fica com a União; e a maior parte dos encargos dos serviços prestados a comunidade fica com os municípios que tem a menor parcela da arrecadação.

O assunto está sendo colocado em pauta no Congresso Nacional com muita coragem pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Ele tirou esse tema do armário, como vários outros pontos polêmicos que são cobrados pela sociedade que vinham o debate retardado.

O outro assunto é a questão da reforma política que a câmara também está colocando na Ordem do Dia dos grandes debates. Quem sabe o encaminhamento ainda possa acontecer em tempo para já surtir efeitos para as eleições municipais do próximo ano. Claro que é preciso haver o consenso para encaminhar assuntos como a questão do Voto Distrital, das Cláusulas de Barreiras para regular e filtrar o funcionamento dos partidos políticos, e também na questão do financiamento público das campanhas políticas. Todos são assuntos muito polêmicos, com várias visões, e é difícil encaminhar uma convergência. Mas o mais importante é abrir o debate político, pois a sociedade estava cobrando esse primeiro passo.

Eduardo Cunha é um crítico da atual legislação eleitoral, sobretudo do que ele considera como um

falido sistema de eleição proporcional para os Parlamentos e na revisão do Pacto Federativo, que implica diretamente em pontos abordados pela Reforma Tributária. Ele afirma que trabalha para colocar tais temas em andamento no Plenário da Câmara.

O prazo legal para o projeto da Reforma Política entrar em votação é de 40 sessões da comissão Especial que avalia a proposta, mas o presidente da Câmara admite a possibilidade de levá-lo a votação antes mesmo do prazo para deliberação na comissão Especial criada para tratar do tema, favorecendo a validação de mudanças já para as eleições do ano 2016.

Com relação ao Pacto Federativo, aqui mesmo temos contribuições em curso, com sugestões em nossa bancada, que parte de um experiente parlamentar, o deputado Fernando Coruja, que está empenhando em levar o debate para outros parlamentares estaduais.

Então, considero muito oportuna essa sessão itinerante da Câmara dos Deputados que vai acontecer aqui no dia 8, possivelmente no período da manhã, a partir das 9h. É o que gostaríamos de informar aos colegas parlamentares".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Perfeitamente, eminente deputado Antônio Aguiar. O gabinete da Presidência e da vice-presidência já está tratando da vinda do nosso presidente da Câmara Federal, no dia 8 de maio, às 9 horas, neste Plenário.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Ismael dos Santos, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. presidente, pela deferência, cumprimento os servidores do tribunal de Justiça, que estão de saída, desejo sucesso nesse encaminhamento, estamos juntos nesta caminhada, em especial agora na véspera do dia 1º de maio, afinal de contas, não há democracia sem justiça social e isso envolve a questão salarial.

(Manifestações das galerias)

Sr. presidente, preciso fazer referência a duas audiências públicas que participamos nesta semana, antes, porém, parabênzo a Associação Beneficente Abadeus, de Criciúma, deputado Rodrigo Minotto, pelos 55 anos de caminhada. Eu faço isso porque papai foi fundador dessa associação, eu era bem pequeno naquela época, mas é uma entidade que se destaca em Santa Catarina pelos trabalhos na área social e pelos investimentos, em especial no cuidado com a criança e com o adolescente.

Participamos, ontem, da audiência pública da Rede de Cooperação Para o Rendimento Sustentável, que é chamado patrimônio cultural e material, um conceito ainda um pouco desconhecido, mas que trata da proteção e fomentação de valores, não apenas no aspecto do desenvolvimento econômico, mas principalmente da nossa identidade, das nossas tradições, e aí entra a questão do cristal artesanal, dos produtos têxteis, de calçados, de material de olaria, em especial artístico, de móveis, na questão gastronômica, queijos e tantos outros produtos.

Nós participamos com muito entusiasmo, porque o Brasil tem hoje 42 registros de indicação geográfica, deputado Rodrigo Minotto, v.exa. que é da área do trabalho, temos apenas 42 registros em todo o país. Em Santa Catarina temos um só, que é lá no sul, em Urussanga, a uva Goethe. Então, precisamos dinamizar esse processo no estado de Santa Catarina.

Por fim, sr. presidente, nos dois minutos que me restam preciso fazer referência à belíssima audiência pública, muito concorrida, em Itajaí, nove deputados estaduais estiveram presentes, sobre a Unidade Operacional de Exploração e Produção Sul da Petrobras. Eles estiveram presentes ontem na Casa, e eu estava na audiência e não pude participar. Isso nos preocupa, não apenas pela questão dos 150 funcionários, mas por tudo o que significa para Santa Catarina, são R\$ 7 milhões por dia a produção da Petrobras em Itajaí, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que tem toda uma história com aquela cidade.

Por isso, não podemos permitir que simplesmente se deslocasse a liderança ou o comando para a cidade de Santos, como está previsto. Eu recebi um dossiê do sindicato que defende a questão dos investimentos das bacias, do pré-sal, enfim, a visão de futuro, e preocupei-me, sr. presidente, porque estava analisando situações como, por exemplo: Santa Catarina não possui nenhuma refinaria, e há mais de 20 refinarias espalhadas pelo país; a Petrobras não possui nenhuma usina telemétrica em Santa Catarina, e há mais de 30 espalhadas por todo território brasileiro; a Petrobras não possui em nosso estado nenhuma fábrica de fertilizantes, e temos quatro no Brasil; a Petrobras não possui nenhuma usina de etanol em Santa Catarina, e são pelo menos dez usinas em todo território brasileiro; a Petrobras não possui nenhuma usina de biodiesel em nosso estado, e são sete espalhadas pelo Brasil; não possui nenhuma Unidade de Operação de Produção de Petróleo em Santa Catarina, e temos a Bacia de Santos, de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Paraná e agora querem nos levar essa importante presença da Petrobras no nosso estado, que teve uma receita de quase R\$ 5,93 bilhões, em 2014. E esse é o melhor custo de estação da Petrobras, é bom que se diga isso! Com todo esse escândalo Santa Catarina é o estado que tem o melhor retorno operacional bruto da Petrobras, na Unidade de Produção em Itajaí.

Por isso, nossa palavra de ordem nesta Casa não pode ser outra que não seja de resistência e permanência da Petrobrás em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa.

Com certeza os assuntos são extremamente importantes para o desenvolvimento do nosso estado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.